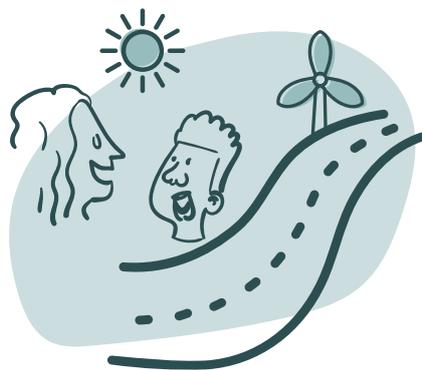


ROTAS DE SUSTENTABILIDADE

Sistematização de estratégias de sustentabilidade de Projetos e Programas de Desenvolvimento Rural apoiados pelo FIDA





ROTAS DE SUSTENTABILIDADE

Sistematização de estratégias de sustentabilidade
de Projetos e Programas de Desenvolvimento
Rural apoiados pelo FIDA



Salvador, outubro 2021.

FICHA TÉCNICA

PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL

Coordenação

Fabiana Dumont Viterbo

Assistência Administrativa Financeira

Ana Luiza Santos

Gerência de Gestão do Conhecimento

Aline Martins da Silva

Gerência de Cooperação Sul-Sul

Ruth Pucheta

Gerência de M&A

Adalto Rafael

Assessoria de Comunicação

Gabriel Monteiro

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO

Elaboração

Andréa Leme da Silva

Edição e revisão

Ruth Pucheta

Projeto Gráfico

Andrea Soares

Fotografias

Manuela Cavadas, William Fança, Acervo Programa Semear Internacional, PROCASE, PDHC, PRODESZA, CONAFOR.

Ilustrações

Lucas Alves - Ideia Clara

Idioma: Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F981r Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).
Rotas de sustentabilidade : sistematização de estratégias de sustentabilidade de projetos e programas de desenvolvimento rural apoiados pelo FIDA – Salvador : Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2021.
94 p. : im. color.

Neste estudo, a sustentabilidade foi considerada como a representação da permanência dos benefícios gerados pelos projetos apoiados pelo FIDA, de forma a possibilitar o desenvolvimento rural e a redução da pobreza.

ISBN 978-92-9266-172-4 (recurso eletrônico)

Estratégia de sustentabilidade. 2. Agricultura familiar. 3. Desenvolvimento rural. I. Título.

CDU 631.1

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS 6

MAPA DO FIDA NO BRASIL 8

ATUAÇÃO DO FIDA NO BRASIL COM O PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL 9

APRESENTAÇÃO 12

METODOLOGIA 14

ORIENTAÇÕES DE LEITURA 18

ROTAS DE SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL 20

1. COMPONENTE SOCIAL 24

2. COMPONENTE TÉCNICO 31

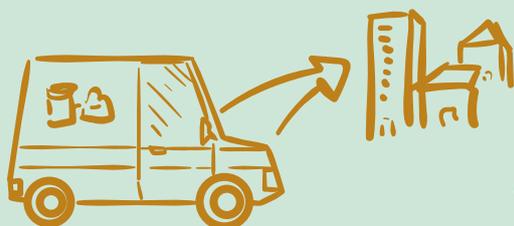
3. COMPONENTE POLÍTICO 35

ROTAS DE SUSTENTABILIDADE DO PROJETO DOM HELDER CÂMARA II 40

1. COMPONENTE SOCIAL 45

2. COMPONENTE TÉCNICO 49

3. COMPONENTE POLÍTICO 52



ROTAS DE SUSTENTABILIDADE DO PROCASE 57

1. COMPONENTE SOCIAL 60

2. COMPONENTE TÉCNICO 63

3. COMPONENTE POLÍTICO 66

ROTAS DE SUSTENTABILIDADE DO PRODEZSA 70

1. COMPONENTE SOCIAL 74

2. COMPONENTE TÉCNICO 77

3. COMPONENTE POLÍTICO 81

LIÇÕES APRENDIDAS 86

CONCLUSÕES 92

PAINEL GRÁFICO DAS ROTAS DE SUSTENTABILIDADE 94

MAPAS MENTAIS 95

REFERÊNCIAS 99





LISTA DE SIGLAS

AECID – Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AKSAAM – Adaptando Conhecimento para Agricultura Sustentável e Acesso ao Mercado
ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODEVASF – Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONACYT – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología)
CONAFOR – Comissão Nacional de Florestas (Comisión Nacional Forestal)
CONAZA – Comissão Nacional de Zonas Áridas (Comisión Nacional de Zonas Áridas)
DAKI – Projeto DAKI – Semiárido Vivo
DATA.FIDA – Sistema de Monitoramento e Avaliação desenvolvido pelo PSI para os projetos do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
DECRED – Departamento de Gestão do Crédito Fundiário
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
FAO – Fundo das Nações Unidas para a Alimentação
FFE – Fondo Fiduciario de España para la Cofinanciación de la Seguridad Alimentaria
FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento Agropecuário, Rural, Florestal e Pesqueiro (Financiera Nacional de Desarrollo Agropecuario, Rural, Forestal y Pesquero)
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GC – Gestão do Conhecimento
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INNOVA AF – Projeto Gestão do Conhecimento para a Adaptação da Agricultura Familiar às Mudanças Climáticas
M&A – Monitoramento e Avaliação
MAELA – Movimento Agroecológico de América Latina y el Caribe
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NAFIN – Nacional Financiera (Banco de Desenvolvimento do México)
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PDHC II – Projeto Dom Hélder Câmara II
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRiME – Program in Rural M&E



PROCASE – Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú

PRODEZSA – Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Comunidades Rurais em Zonas Semiáridas Norte e Mixteca

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAFOR – Programa Nacional Florestal (Programa Nacional Forestal)

PSI – Programa Semear Internacional

REAF – Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar

SADER – Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Secretaría de Agricultura y Desarrollo Rural)

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SEAFDS – Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido

SEDAP – Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca SEMARNAT – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Secretaria de Medio Ambiente y Recursos Naturales)

SESAES – Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária

SFA's – Superintendências Federais de Agriculturas

SGA – Sistema de Gestão de ATER

STTR – Sindicato dos trabalhadores rurais

TED – Termo de Execução Descentralizada

UGP – Unidade Gestora do Projeto

CEGAFI/UnB – Centro de Gestão e Inovação na Agricultura Familiar, Universidade de Brasília

MAPA DO FIDA NO BRASIL



● CEARÁ ● BAHIA ● PIAUÍ ● PARAÍBA ● SERGIPE

● PERNAMBUCO, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, ALAGOAS, BAHIA, PIAUÍ, PARAÍBA, SERGIPE, MARANHÃO, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO

ATUAÇÃO DO FIDA NO BRASIL COM O PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) é uma agência de investimentos da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em parceria com governos estaduais e federais, realiza acordos de empréstimos e doações para apoiar o desenvolvimento rural. No Brasil, o principal foco de investimentos do FIDA é a região semiárida, onde promove ações direcionadas ao fomento de projetos produtivos de geração de renda agropecuária, cooperativismo, associativismo e acesso a mercados. Com uma meta que tem a promoção da segurança alimentar nutricional e a diminuição da pobreza no meio rural entre os seus pilares, o FIDA incentiva o fortalecimento de atividades que têm, como públicos prioritários, mulheres, jovens e comunidades tradicionais.

O FIDA já viabilizou um montante de mais de US\$ 800 milhões, para implementação de treze projetos no Brasil, incluído contrapartidas governamentais. Atualmente, em 2021, seis projetos estão sendo executados, alcançando 250 mil famílias beneficiadas de forma direta. Cinco deles são em parceria com governos estaduais, por meio de acordos bilaterais: Paraíba (Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – Procase), Bahia (Projeto Pró-Semiárido), Sergipe (Projeto Dom Távora), Piauí (Projeto Viva o Semiárido), e Ceará (Projeto Paulo Freire). Já o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), com o governo federal, abrange onze estados - Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Piauí, Paraíba, Sergipe, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo.

Paralelamente aos projetos, o FIDA ainda busca realizar ações que vão além do desenvolvimento produtivo nas comunidades atendidas, estimulando o acesso à informação por meio de programas de doação, como o Programa Semear Internacional (PSI). Com atuação no Brasil, o PSI possui os seguintes eixos: Gestão do Conhecimento, Monitoramento & Avaliação, Comunicação, Diálogos de Políticas e Cooperação Sul-Sul e Triangular, tendo sua operacionalização apoiada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). O Programa trabalha junto aos seis projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, fortalecendo suas capacidades ao realizar atividades que estimulam o conhecimento.





O objetivo é facilitar o acesso a saberes e inovações contextualizados para a convivência com o semiárido.

Entre as atividades do PSI estão intercâmbios, capacitações, oficinas e seminários com técnicos e beneficiários dos projetos, formação técnica para gestores públicos, articulações institucionais, promoção do trabalho para a igualdade de gênero, apoio à coleta de dados socioeconômicos e metodização dos resultados, publicações de livros, e produção de conteúdos jornalísticos e comunicacionais em formatos impresso e digital. Dessa forma, o Programa vem contribuindo, de forma expressiva, para a sistematização e disseminação das boas práticas rurais dos projetos do FIDA, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Entendendo o funcionamento de cada componente de atuação do PSI:

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Capacitações, intercâmbios, encontros temáticos e seminários são as principais atividades desenvolvidas para fortalecer os saberes e a troca de conhecimento entre os projetos, envolvendo técnicos, técnicas, beneficiárias e beneficiários.

Os temas mais trabalhados são: acesso a mercados, agroecologia, gênero, gastronomia e caprinovinocultura. Muitos destes eventos resultam em publicações que, em formato impresso e/ou digital, contribuem para a potencialização e a visibilidade destas boas práticas e experiências de sucesso.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

São realizadas capacitações periódicas direcionadas a técnicos e técnicas destas áreas, com a promoção de reuniões em grupos de trabalho e o envolvimento de profissionais de outras instituições. Um sistema de gestão integrada comum a todos os projetos FIDA no Brasil, o Data. FIDA, é o grande produto desenvolvido pelo Semear Internacional neste componente, que contribui para o aumento da qualidade e precisão das informações coletadas e processadas pelos projetos.

COMUNICAÇÃO

Componente que permeia todos os outros, a Comunicação do Semear Internacional se vale de diversos canais, como o portal e as redes sociais, para fazer com que o conhecimento e a informação cheguem aos mais diferentes públicos. No site estão disponíveis, por exemplo, as publicações (livros, cartilhas, manuais e estudos), o acervo de vídeos e fotos e o banco de boas práticas já catalogadas, além de textos criados semanalmente e disseminados entre os projetos FIDA. Um recente produto desta área é o Prêmio Semear Internacional de Jornalismo, que condecora as melhores reportagens do Brasil sobre boas práticas rurais e está na sua primeira edição.

COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR E DIÁLOGOS DE POLÍTICAS

Fomentar novos conhecimentos e redes através da internacionalização de suas ações. E: esse é o objetivo da Cooperação Sul-Sul e Triangular. Por meio de intercâmbios, capacitações e seminários envolvendo países da América Latina e África, abordam-se temas de interesse comum da agricultura familiar, identificando técnicas e práticas que podem auxiliar os trabalhadores rurais em seus cotidianos. Além disso, o PSI busca facilitar o diálogo sobre políticas públicas, com vistas a apoiar espaços voltados para o debate entre sociedade civil, governos, academia e parceiros.

Conheça mais sobre as ações do PSI, visite a biblioteca virtual e acesse os eventos realizados para juntar-se à rede de disseminação das boas práticas rurais no semiárido, acessando www.portalsemear.org.br.



APRESENTAÇÃO

sus•ten•tá•vel

Que se pode sustentar. Criar e oferecer condições para que uma atividade tenha continuidade. Garantir recursos materiais para a sobrevivência.

É notoriamente sabido que o interesse pela sustentabilidade ganhou força nos anos 1980, vinculado ao desafio global de promover o desenvolvimento sem prejudicar os recursos naturais e visando o bem-estar das futuras gerações. Contudo, o termo sustentabilidade não está limitado ao campo da ecologia, do meio ambiente ou das mudanças climáticas. Ele confere seu significado às mais diversas áreas do conhecimento e remete a um compromisso com a continuidade, o impacto, o desenvolvimento e o planejamento a longo prazo, para assim também “visar o bem-estar das futuras gerações”.

Neste estudo, a sustentabilidade foi considerada como a representação da permanência dos benefícios gerados pelos Projetos apoiados pelo FIDA após sua conclusão, de tal forma a possibilitar o desenvolvimento rural e a redução da pobreza. Os indicadores de sustentabilidade são percebidos em uma estratégia quando podem claramente apontar para resultados duradouros das ações implementadas ao longo dos anos, com eficiência no uso dos recursos e benefícios concretos nas comunidades atendidas.

A sustentabilidade é, portanto, um tema de destacada relevância para o FIDA e para os Projetos. Além disso, a melhor forma de aplicar as estratégias de sustentabilidade constitui um elemento-chave para o tema. Um sinal claro da evolução desse debate tem sido a mudança da terminologia utilizada, passando de “estratégias de saída” para “estratégias de sustentabilidade”, incorporando à tarefa um teor de reflexão a respeito das atividades e enfoques cruciais que devem ser considerados para o trajeto final dos Projetos, assim como as parcerias que precisam ser construídas para sua concretização.

No Brasil, particularmente, as estratégias de sustentabilidade se desenvolveram significativamente nos últimos três anos, contando sempre com o apoio das missões de supervisão do FIDA para melhorar, completar e acrescentar novas visões, colaborando com a criação de um entendimento compartilhado entre diferentes atores sobre as melhores formas de aprimorá-las. Este trabalho vem sendo realizado de forma conjunta, gerando pertencimento e criação de capacidades nas organizações, nos governos, nas comunidades, ou seja, entre todos os que estão envolvidos na estratégia.

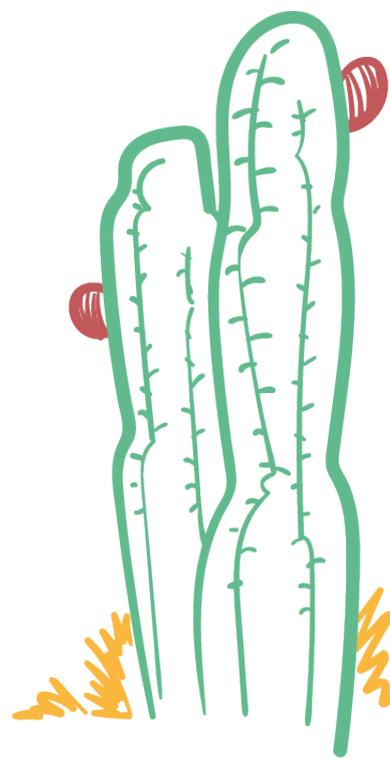
Essa foi a motivação para uma série de trocas de experiências entre o Brasil e o México sobre suas estratégias de sustentabilidade, levando a um primeiro encontro virtual em agosto de 2020, ampliado em fevereiro de 2021 e que contou com a participação de quase 100 participantes da América Latina durante dois dias de debates. Ciente dos

desafios que são impostos aos projetos, o Programa Semear Internacional, em parceria com a CONAFOR e PRODESZA, programou não somente esse ciclo de debates, mas também um trabalho de sistematização de algumas experiências-chave para inspirar e apoiar outros projetos que estivessem no limiar de preparar suas estratégias.

Este estudo traz, portanto, a sistematização das estratégias de saída e sustentabilidade, aqui denominadas rotas de sustentabilidade, do Programa Semear Internacional (PSI), do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE), do Projeto Dom Hélder Câmara II (PDHC II) e do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Comunidades Rurais em Zonas Semiáridas Norte e Mixteca (PRODEZSA), todos financiados pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Brasil e no México. Espera-se que seja possível traçar um caminho, uma rota, para uma compreensão mais sistêmica de como direcionar esforços e recursos em ações de alto impacto, garantindo a retirada harmoniosa dos projetos do campo. A sistematização é complementada com elementos visuais, como mapas mentais e relatoria gráfica, que facilitam a compreensão e a conexão das principais ideias que surgiram no intercâmbio.

Enfim, as Rotas de Sustentabilidade aqui sistematizadas refletem como os projetos e programas direcionaram seu trabalho para o fortalecimento da qualidade de suas operações nos países, lançando mão da inovação, do intercâmbio de conhecimentos, da criação de alianças estratégicas e da atuação normativa, em sintonia com aquilo que se promulga no Plano de Marco Estratégico do FIDA e na Agenda 2030.

Desejamos uma boa leitura.



METODOLOGIA

Este estudo contempla a sistematização das estratégias de saída e sustentabilidade, também denominadas rotas de sustentabilidade, do Programa Semear Internacional (PSI), do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE), do Projeto Dom Hélder Câmara II (PDHC II) e do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Comunidades Rurais em Zonas Semiáridas Norte e Mixteca (PRODEZSA), todos apoiados pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Brasil e no México.

A partir da pesquisa dos documentos técnicos e relatórios produzidos pelos projetos, foram elaborados recortes de suas estratégias de sustentabilidade. Além disso, foram realizadas reuniões bilaterais com pelo menos um representante de cada projeto para apresentar a metodologia de sistematização das rotas, discutir e complementar as informações sistematizadas, bem como apoiá-los na organização de suas rotas de sustentabilidade.

A síntese das rotas de sustentabilidade de cada projeto é apresentada a partir do recorte das informações documentais e das entrevistas. A sistematização traz enfoque aos temas de análise: 1. Componente social; 2. Componente técnico; 3. Componente político; e 4. Quadro com a compilação das principais lições aprendidas.

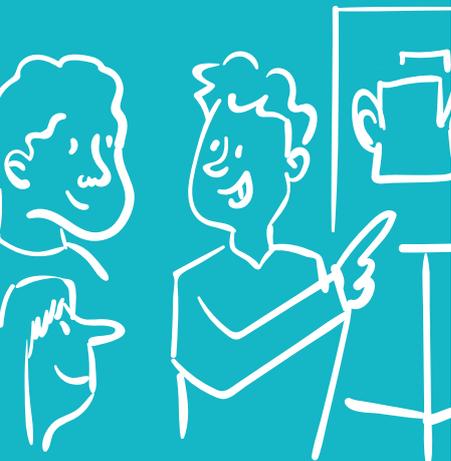
1 COMPONENTE SOCIAL—CAPACIDADES INSTALADAS EM GRUPOS E COMUNIDADES

Este componente está relacionado às capacidades técnicas, organizacionais e gerenciais instaladas nas comunidades, associações, grupos, cooperativas e afins, com recorte sugerido de aspectos como: organização social e participação na gestão de demandas para atividades produtivas e geração de renda (negócios rurais, acesso a mercados, organização de cadeias produtivas e de valor, captação de recursos etc.), com atenção especial aos grupos de mulheres, jovens e povos indígenas e tradicionais; capacidades técnicas desenvolvidas para extensão rural (ex. extensionistas comunitários); intercâmbio de experiências e transferência de tecnologia, entre outros.





2 COMPONENTE TÉCNICO – SUPORTE TÉCNICO PÓS-PROJETO



Este componente está relacionado à continuidade de processos produtivos sustentáveis, a fim de garantir segurança alimentar e geração de renda aos agricultores/as com base nos princípios de produção e manejo sustentável adaptados ao semiárido. Alguns recortes relacionados a esse componente incluem: assessoria técnica e ATER continuada por entes públicos (estaduais e/ou federais); práticas de produção sustentável (sistemas agroflorestais e agrossilvipastoris, certificação etc.); práticas ambientais sustentáveis (planejamento territorial comunitário, manejo florestal sustentável, auditoria técnica, mecanismos de certificação, pagamento por serviços ambientais etc.); gestão do conhecimento, intercâmbio de experiências, transferência de tecnologias sociais, entre outros.

3 COMPONENTE POLÍTICO – SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL, ARTICULAÇÃO DE PROJETOS COM OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS



Este componente diz respeito à sustentabilidade institucional e articulação interinstitucional a fim de melhorar o acesso a políticas públicas para os beneficiários/as, no intuito de reduzir a pobreza rural, as desigualdades étnicas, geracionais e de gênero. Alguns recortes incluem: articulação de parcerias estratégicas com entes públicos e privados e articulação interinstitucional para garantir o acesso continuado a políticas públicas (ex. assistência técnica, crédito rural, crédito fundiário, fomento produtivo etc.), acesso a mercados institucionais e canais de comercialização a partir de compras públicas, aprendizagem institucional, inovações de políticas públicas, entre outros.

Com base nos componentes supracitados e análises dos documentos técnicos, foram elaboradas perguntas orientadoras a fim de auxiliar na sistematização das rotas dos projetos (Quadro 1).

Quadro 1

Perguntas orientadoras para a sistematização das rotas de sustentabilidade

- › Quais são os principais resultados alcançados pelo projeto?
- › Quais são as atividades de transição previstas por componente (social, técnico, político) para dar continuidade às atividades/ações no médio prazo? Quem são os executores dessas atividades?
- › Quais são as parcerias institucionais, redes de cooperação etc. estabelecidas por componente (social, técnico, político) que garantirão a continuidade das ações pós-término do projeto?
- › Quais as principais fontes de financiamento para a manutenção das ações pós-projeto?
- › Quais as capacidades sociais, organizacionais e gerenciais instaladas em grupos e comunidades que permanecerão após o término do projeto?
- › Quais são as capacidades técnicas instituídas que garantem o suporte técnico continuado pós-projeto?
- › Quais capacidades políticas foram construídas e permanecerão operantes após o encerramento do projeto?
- › Com base nos desafios e aprendizados do projeto, quais são as lições aprendidas?

Com relação às estratégias sistematizadas neste estudo, cabem duas considerações. A primeira diz respeito à natureza distinta dos projetos. Por um lado, os projetos brasileiros PROCASE e PDHC II, bem como o projeto mexicano PRODESZA, são voltados para o apoio às atividades produtivas e executados a partir de recursos financeiros de empréstimo e doação. Por outro lado, o PSI é um projeto de gestão do conhecimento realizado a partir de recursos de doação do FIDA.

A segunda consideração é que no momento de realização da pesquisa, entre os meses de dezembro de 2020 e março de 2021, os projetos se encontravam em diferentes fases de encerramento, o que reflete distintos momentos de estratégias de saída e de sustentabilidade. O Programa Semear Internacional (PSI) foi uma continuidade do Programa SEMEAR (2011 a 2017)¹, com ampliação das áreas de atuação dos projetos apoiados pelo

1 O primeiro Programa SEMEAR foi implementado no semiárido brasileiro entre 2011 e 2017, a partir de uma doação do FIDA e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

FIDA na gestão do conhecimento para outros países na América Latina e África. O período de implementação do PSI é de 2017-2021 (4 anos), a partir de recursos financeiros de doação no valor total de 3.6 milhões de dólares (USD 2.5 milhões do FIDA e USD 1.1 milhões cofinanciados por parceiros).

O PROCASE foi resultado de uma parceria entre o FIDA e o Governo do Estado da Paraíba, por meio de convênio firmado em 17 de outubro de 2012, com valor global de USD 49,6 milhões, sendo 50% dos recursos oriundos do FIDA² e os outros 50% aportados pelo Governo do Estado, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), contrapartida do público beneficiário e outras parcerias. O projeto foi reestruturado em 2017³ e encerrou sua execução orçamentária em dezembro de 2020, após oito anos de execução (o prazo para a prestação de contas será junho de 2021). Cabe observar que o PROCASE estava em fase de desenho da sua estratégia de saída, e somente o componente técnico foi elaborado de forma integral.

O PDHC conta com investimentos de 18 milhões de dólares do FIDA e 42 milhões de dólares do governo brasileiro. Seu período de execução, inicialmente de 2014 a 2020, foi prorrogado até 2022. O projeto, executado inicialmente pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atualmente está vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) do Ministério da Agricultura, Produção e Abastecimento (MAPA).

O PRODEZSA, inicialmente planejado para ser executado em 5 anos (2015-2020), teve seu prazo de execução estendido por mais dois anos (2015-2022). O projeto tem recursos de empréstimo do FIDA (USD 17.355.253), empréstimo do Fundo Fiduciário da Espanha para o Cofinanciamento da Segurança Alimentar (FEE) (USD 13.090.380) e doação do FIDA (USD 1.857.948).

2 Valor global do recurso FIDA de USD 22.599.345. Até 2018, havia sido desembolsado USD 12.286.697. Disponível em: <https://fida.org.br/painel-de-monitoramento/>.

3 Manual de Implementação do Projeto (2017).

ORIENTAÇÕES DE LEITURA

Para facilitar a conexão de ideias e a leitura, foram utilizadas algumas marcações e símbolos que trarão clareza na apresentação dos conteúdos.

ROTAS DE SUSTENTABILIDADE

Ações, estratégias, parcerias planejadas para garantir a sustentabilidade do projeto.

ATIVIDADES DE TRANSIÇÃO

Atividades de transição previstas para dar continuidade às atividades/ações no médio prazo.

PERSPECTIVA PÓS-TÉRMINO DO PROJETO

Sustentabilidade alcançada pelo projeto.

ROTAS DE SUSTENTABILIDADE



ESPERANÇA
O futuro da
Terra, da humanidade,
passa pela juventude!

NOVO COMEÇO
DE UMA NOVA
NOVO



Jovens &
Semiárido &
Resistência &
Igualdade &
#JOVENSEMIARIDO

O Programa “Capacitação para uma Gestão com Base em Resultados e Melhoria Contínua de Inovações em Políticas Públicas para o Combate da Pobreza Rural no Nordeste Brasileiro” – Programa Semear Internacional (PSI) é um projeto voltado para a gestão do conhecimento em zonas semiáridas do Nordeste do Brasil. Seu objetivo é facilitar o acesso a saberes, inovações e boas práticas que possam ser adotados e replicados pela população rural para melhorar suas condições de vida e promover o desenvolvimento sustentável da região.

Agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas, comunidades locais, líderes de governos estaduais do Nordeste, gestores públicos e coordenadores dos projetos apoiados pelo FIDA, além de pesquisadores ligados a organizações que apoiem a agricultura familiar, estão entre os públicos-alvo do Programa, tendo como prioridade jovens, mulheres, comunidades quilombolas e indígenas.

O PSI tem quatro objetivos específicos:

1. Desenvolver e fortalecer sistemas de monitoramento e avaliação com base em resultados e a gestão do conhecimento nas agências governamentais estaduais responsáveis pela implementação de políticas e programas de desenvolvimento rural, agricultura familiar e redução da pobreza no meio rural;
2. Capacitar governos estaduais e organizações da sociedade civil em M&A, gestão do conhecimento, formulação de políticas públicas e implementação orientada por resultados;
3. Compartilhar conhecimento sobre práticas inovadoras realizadas por políticas e programas de redução da pobreza rural e desenvolvimento rural;
4. Facilitar o diálogo sobre políticas públicas focado em melhores práticas inovadoras, incluindo, entre outros, as melhores práticas de projetos do FIDA, com o objetivo de melhoria contínua.

Nesses quatro anos de execução, o PSI tem alcançado resultados significativos. Entre eles, destacam-se o acesso de 63.000 pessoas aos conteúdos do PSI por meios digitais; 22 publicações lançadas; 19 boas práticas e experiências identificadas, sistematizadas e disseminadas; 19 parcerias institucionais estabelecidas; 19 intercâmbios nacionais e internacionais realizados; e 20.789 beneficiários diretos participando em atividades do PSI (presenciais/online).

Outro resultado relevante inclui um sistema de gestão desenvolvido, em processo de implementação nos projetos no Brasil e já em fase customizada para implementação em quatro projetos no Malawi. Com relação às parcerias estabelecidas, cabe destacar a articulação institucional com cinco universidades para o desenvolvimento de estudos, formação e produção de conteúdo; formação de Grupos de Trabalho (GTs) em diferentes áreas comuns dos projetos (M&A, Gênero, Comunicação); e parcerias com órgãos federais para viabilizar que os/as produtores/as rurais acessem mercados institucionais

e canais de comercialização. Nesse sentido, o fortalecimento nas relações dos gestores de projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, América Latina e África traz claras evidências no interesse de maior articulação e troca de experiências em temas como M&A e gestão do conhecimento. A implementação do piloto das cadernetas agroecológicas garantiu que grupos prioritários de mulheres, jovens, quilombolas e indígenas tenham participação ativa nos resultados das atividades do PSI, dando maior visibilidade ao papel relevante da mulher rural no que se refere à renda, segurança alimentar e nutricional.

Entre as ações inovadoras na comunicação do PSI, destacam-se: a) 90% do acervo potencial de dados de uma organização consta nos ambientes externos; b) Contratação de analista de mídias sociais (julho/2019) – número de seguidores na página do Instagram saltou de 127 para 2.538 seguidores; c) Trabalho direcionado para o crescimento da participação nas mídias sociais (lives, vídeos, concursos envolvendo a juventude na produção de conteúdo); d) Inovação em engajamento para outros públicos: concursos envolvendo a juventude / Prêmio de Jornalismo; e) Adaptação ao trabalho virtual (contexto pós-Covid-19) possibilitou a otimização de recursos.

O PSI está estruturado em quatro componentes que norteiam sua estratégia de saída e sustentabilidade:

- a. Monitoramento e Avaliação;
- b. Gestão do Conhecimento e Comunicação;
- c. Melhoria de políticas públicas – diálogo sobre políticas públicas, coordenação e melhoria contínua de inovações e Cooperação Sul-Sul;
- d. Gestão.

1. COMPONENTE SOCIAL

No componente social das rotas de sustentabilidade estão inseridas as atividades e resultados do Componente 2 do PSI (Gestão do Conhecimento e Comunicação), relacionado com a formação e capacitação de técnicos e gestores dos governos estaduais em gestão do conhecimento e com a troca de conhecimento entre as agricultoras e agricultores, criando novas habilidades e tecnologias sociais no semiárido e valorizando o papel das mulheres rurais, das juventudes e dos povos e comunidades tradicionais. Também estão relacionadas as atividades de comunicação interna e externa, com o objetivo de assessorar o PSI e disseminar os conteúdos diversos produzidos pelo programa, bem como ampliar a visibilidade das ações desenvolvidas pelos projetos apoiados pelo FIDA. Esse componente tem sua atuação pautada principalmente nas metodologias de compartilhamento de conhecimento por meio de intercâmbios e formações, disseminação de boas práticas em livros, e-books, vídeos, cartilhas, realização de estudos e uso das diversas redes do PSI (site, instagram, facebook, twitter, e-mails e whatsapp) para divulgar e propagar notícias em tempo real.



1.1 Acesso às informações produzidas pelo Semear e PSI

O primeiro resultado relacionado ao componente 2 do PSI inclui: a) Disseminar informações de qualidade para os agricultores familiares nos estados envolvidos sobre casos de sucesso desenvolvidos com o apoio de projetos do FIDA ou de outros instrumentos de políticas públicas; e b) Assegurar que o site do programa contenha, até o final da execução em 2019, todos os materiais produzidos pelo SEMEAR e pelo novo programa (uma porção selecionada e significativa de tais materiais em português, inglês e espanhol), e que links tenham sido criados com outras redes de divulgação do conhecimento.

As rotas de sustentabilidade consistem em manter o portal do PSI ativo e alimentar a seção de boas práticas do DATA.FIDA com as sistematizações realizadas pelo programa. Os responsáveis diretos por essas ações, a serem realizadas ainda durante a execução do Programa, são o PSI e IICA, e o início da execução está previsto para junho/2021.

As atividades de transição previstas são: a) Migrar o portal, atualmente hospedado em servidor do tipo compartilhado na Locaweb, para domínios pertencentes ao IICA; b) Inserir nos sites do IICA, do FIDA, dos projetos apoiados pelo FIDA e das demais doações o banner de acesso ao portal PSI; c) Realizar uma ação finalística do PSI que possa integrar com as agências citadas e projetos cujos links tenham sido criados para abrir outras redes de divulgação do conhecimento; d) Concluir a alimentação da seção de Boas Práticas do Sistema DATA.FIDA com todas as sistematizações realizadas pelo PSI.

Com a perspectiva pós-término do Programa, propõe-se que os conteúdos produzidos pelo SEMEAR e PSI, armazenados no Portal do PSI, fiquem disponíveis e acessíveis para consulta de possíveis interessados, bem como as boas práticas inseridas no Sistema DATA.FIDA, para que sejam acessadas pelas equipes dos projetos e público externo, num processo contínuo de troca e disseminação de conhecimentos.

1.2 Capacitação de técnicos dos governos estaduais em gestão do conhecimento

O segundo resultado esperado relacionado ao componente 2 enseja que técnicos de projetos FIDA no Brasil e equipes técnicas de governos sejam treinadas em gestão do conhecimento (GC). Para isso, as rotas de sustentabilidade consistem em aumentar as capacidades das equipes dos projetos em GC, reforçando a importância estratégica de sistematizar as boas práticas identificadas nos projetos e garantir que elas sejam disseminadas e acessadas pelos diferentes públicos interessados.

Nas atividades de transição, estão previstas capacitações das equipes dos projetos em GC, fortalecendo suas capacidades de sistematização e disseminação de informações. Outra atividade consiste em estimular os projetos a inserir e/ou atualizar as boas práticas identificadas e ainda não lançadas no DATA.FIDA. Os responsáveis diretos são o PSI, assessorias em GC de projetos formados pelo PSI e assessorias diversas.

A perspectiva pós-término é que as técnicas e os técnicos formados pelo PSI durante os intercâmbios para formação na sistematização e escrita de boas práticas utilizem dos conhecimentos adquiridos para realizar e manter atualizadas as sistematizações de boas práticas identificadas junto a cada projeto. Espera-se que esses conhecimentos sejam replicados aos demais técnicos e técnicas das equipes, possibilitando a adoção de uma cultura de gestão do conhecimento.

1.3 Melhoria das capacidades de técnicos/as dos projetos em temas de interesse do público beneficiário

No terceiro resultado alcançado pelo componente 2, se espera que técnicos e técnicas dos projetos apoiados pelo FIDA estejam melhor preparados para responderem aos desafios junto aos beneficiários dos projetos.

As rotas de sustentabilidade consistem em desenvolver minicursos educativos direcionados a produtores(as) e técnicos(as) rurais a partir da identificação das principais necessidades de conhecimento existentes entre os públicos prioritários dos projetos apoiados pelo FIDA e parceiros.

As atividades de transição correspondem ao desenvolvimento e lançamento de cursos em quatro temáticas: a) Acesso a mercados; b) Empreendedorismo de jovens rurais nas Redes Sociais; c) Promoção de Direitos e Políticas Públicas para o âmbito rural, com foco na questão de gênero; e d) Avaliação de impacto. Os responsáveis diretos são o PSI e IICA, e o início de execução foi janeiro/2021.

A perspectiva pós-término é que técnicos e técnicas possam utilizar-se das formações disponibilizadas pelo PSI para melhorarem suas capacidades de assessoria junto aos beneficiários dos projetos. Acesso a conteúdos educativos, de forma online, gratuita, em horários flexíveis, que contribuam para compartilhamento de conhecimento em áreas específicas.

1.4 Grupo de Trabalho em Gênero

O quarto resultado relacionado ao Componente 2 inclui a organização de workshops e reuniões do GT-Gênero para treinar equipes dos estados na temática de gênero.

Nas rotas de sustentabilidade dessa atividade, considerando que o GT de gênero dos projetos FIDA é formado pelas assessorias de gênero desses projetos e não responde de maneira direta às estruturas organizacionais da instituição, recomenda-se a formalização de um modelo de governança onde os projetos tenham condições de liderar os debates, sugerindo pautas e organizando reuniões, que devem ser sistematizadas e enviadas para as coordenações dos projetos. O objetivo principal do GT de gênero deve ser de atuar como um foro de discussão temático, onde será possível identificar melhores práticas, gargalos e dificuldades para a tomada de decisão baseada em evidência nos projetos

apoiados pelo FIDA no Brasil e atuação da área de gênero. Também se recomenda o início de um trabalho de aproximação e alinhamento entre as áreas de gênero dos projetos em outros países, visando aumentar o nível de integração entre essas áreas, bem como o escopo de conhecimento e cooperação. O PSI sugere ainda que haja uma integração desse grupo com as áreas de Comunicação e M&A dos seus projetos, para que articulem ações e sistematizações com base em resultados organizados pela equipe de monitoramento.

As atividades de transição consistem em organizar a primeira reunião ampliada para discutir ações de gênero e ações que converjam com os projetos. Como pauta para essa reunião ampliada, pode-se pensar em duas práticas: a) avaliação dos resultados do uso de um ano das cadernetas agroecológicas, um tema que integra todos os GTs e é de interesse de outras organizações que podem ser envolvidas; e b) apresentação de uma boa prática/tema de interesse comum a ser apresentado por uma organização convidada. Como pauta para a primeira reunião com o GT de M&A, foi sugerida a inclusão de indicadores e metodologia de gênero no processo de avaliação de impacto utilizado pelo FIDA e pelos projetos (principalmente durante as missões). Os responsáveis diretos são o PSI e os GTs de gênero, e o início de execução foi janeiro/2021.

A perspectiva pós-término do PSI é que o GT de gênero siga num processo de fortalecimento, articulando-se para realizar ações em conjunto e promover a troca de experiência entre as atividades dos projetos, debater temas comuns e atuar em parceria, fortalecendo a temática e contribuindo de forma efetiva para o avanço de políticas públicas voltadas para as mulheres.

1.5 Produtos comunicacionais – publicações virtuais, vídeos, fotografias, boas práticas rurais sistematizadas, matérias jornalísticas e reportagens

O quinto resultado relacionado ao Componente 2 inclui:

- a. Acesso a produtos comunicacionais do PSI por intermédio de meio digital;
- b. Acesso ampliado do ativo de informações do Programa, por meio do Portal SEMEAR, com publicações técnicas e estudos disponibilizados. Produção de vídeos, fotos, cartilhas e livros, de forma participativa com os beneficiários, ampliando o interesse e o acesso;
- c. Acesso às Boas Práticas Rurais sistematizadas no Portal SEMEAR.

As estratégias de sustentabilidade incluem duas possibilidades:

Conversão do Portal SEMEAR em Catálogo Virtual do Semiárido e de Boas Práticas Rurais, com ou sem atualização⁴. Sendo considerada a opção de manter atualizações

⁴ Se a opção for por manter o catálogo de forma estanque, será necessário apenas o pagamento anual do domínio/hospedagem do site, para que ele permaneça ativo.

constantes no catálogo, será necessária a contratação de um jornalista, que fará a coleta das informações junto aos projetos, o tratamento das informações e a posterior publicação delas.

Outra possibilidade de destinação para os conteúdos prioritários do Portal SEMEAR seria a criação de uma biblioteca virtual, que reuniria as principais publicações do PSI, como livros, cartilhas e manuais, e de um banco de imagens e vídeos num mesmo locus virtual, reunindo os principais produtos audiovisuais produzidos, como fotos, vídeos, séries, miniséries e materiais gráficos. A ideia é que esses conteúdos fiquem disponíveis de forma totalmente gratuita, o que muito contribuiria para uma imagem positiva do semiárido, uma vez que ficou constatado que há uma forte demanda pela ressignificação dessa imagem – de um semiárido seco, pobre e sem beleza (a ser combatido) para um semiárido pujante, rico e belo (a ser vivido). Dessa maneira, estudantes e pesquisadores, por exemplo, poderão fazer o download gratuito de fotos, para usarem nos seus estudos e apresentações. Fotos, vídeos e materiais gráficos estariam classificados por regiões e temas.

As atividades de transição se fundamentam em construir um novo texto de apresentação, que explicará a readaptação do espaço virtual e a sua conversão em catálogo de referência; definir quem ficará responsável pelo pagamento anual do domínio/hospedagem do site; e, se for o caso, contratar o profissional jornalista que ficará responsável pela atualização do espaço virtual. Os responsáveis diretos são os gestores do FIDA e IICA, e o início da execução está previsto para agosto/2021.

A perspectiva pós-término do PSI é que esses materiais poderão continuar sendo acessados tanto por usuários finais das informações quanto por instituições e organizações interessadas em replicar tais informações, uma vez que é comum o PSI receber solicitações de cessão de uso para cursos, capacitações, formações profissionalizantes e outros.

1.6 Redes Sociais do Programa Semear Internacional

O sexto resultado relacionado ao componente 2 inclui a) o acesso crescente às mídias sociais do PSI, notadamente o Instagram e o Facebook, que funcionam como importantes canais de divulgação de informações relevantes. Uma significativa gama de indivíduos do campo entrou em contato com os conhecimentos identificados, sistematizados e/ou difundidos pelo PSI, disponibilizados em suas redes sociais; b) a capacidade de utilizar as redes sociais como instrumentos de disseminação do conhecimento e acesso aos produtos do Programa; c) produção de material instrucional de qualidade e de fácil acesso.

Numa perspectiva pós encerramento do PSI, a estratégia de sustentabilidade para suas redes sociais seria a incorporação do principal perfil do Programa (hoje, o Instagram) ou dos dois principais perfis (Instagram e Facebook) ao conjunto de redes sociais do IICA, uma vez que ambos ainda não possuem perfis no Instagram em língua portuguesa. Para isso, seria necessária a alteração do nome do perfil, que ganharia o nome da instituição,

porém com total aproveitamento dos conteúdos já publicados, bem como dos seus seguidores já consolidados.

As atividades de transição consistem na alteração do nome do perfil no Instagram, que passaria a ter o nome do IICA, e na contratação de jornalista ou de social media para a criação e publicação de conteúdos diários no perfil. Outros responsáveis pela Comunicação do IICA poderiam também se encarregar pela redação de textos específicos para as redes sociais e publicação diária deles, como é feito hoje pelo PSI. Os responsáveis diretos seriam os gestores IICA, a partir de recursos do próprio IICA, com início da execução sugerido para agosto de 2021.

A elaboração e a divulgação de vários documentos, cards e vídeos utilizando as redes sociais foram extremamente positivas e aumentaram muito a abrangência do acesso às informações do Programa. Por esse motivo, com o encerramento do programa, espera-se que essas plataformas sejam readaptadas e continuadas, para que possam seguir contribuindo para a disseminação de conhecimentos sobre o semiárido e o desenvolvimento rural.

1.6 Prêmio de Jornalismo

O sétimo resultado relacionado ao componente 2 refere-se à ampliação do acesso à informação com a identificação, sistematização e disseminação das experiências exitosas e melhores práticas em nível local, regional, nacional e internacional.

A estratégia de sustentabilidade consiste em transformar o Prêmio PSI de Jornalismo



no Prêmio Semiárido de Jornalismo, uma vez que não existe qualquer outra premiação jornalística com esse foco e com essa envergadura no Brasil. Outra opção seria o prêmio levar o nome da sua instituição financiadora: Prêmio IICA Brasil de Jornalismo ou Prêmio FIDA Brasil de Jornalismo. Essa estratégia garantiria a continuidade do estímulo à disseminação e à replicação de boas práticas rurais nos diversos veículos nacionais de comunicação.

As atividades de transição relacionam-se ao lançamento de edital da nova edição do Prêmio de Jornalismo, com o novo nome de batismo a ser definido. As possíveis fontes de financiamento são o FIDA, IICA e doações do FIDA no Brasil. Os responsáveis diretos são os gestores do FIDA ou IICA, com início da execução para agosto de 2021.

A perspectiva pós-PSI, considerando que o Prêmio PSI de Jornalismo vem sendo uma ferramenta de estímulo à disseminação regional e nacional das boas práticas rurais no semiárido, é de que a premiação possa continuar acontecendo em futuras edições, com abrangência ampliada para as Américas ou para outras regiões semiáridas do planeta.

1.7 Grupo de Trabalho em Comunicação

O oitavo resultado relacionado ao componente 2 propõe que debates ocorridos no GT-Comunicação FIDA e IICA contribuam para a troca e fomento das melhores estratégias de Comunicação.

Na estratégia de sustentabilidade proposta pelo PSI, considerando que o GT-Comunicação dos projetos FIDA é formado pelas assessorias de comunicação dos projetos apoiados pelo FIDA e não responde de maneira direta às estruturas organizacionais da instituição, recomenda-se a formalização de um modelo de governança onde os projetos tenham condições de liderar os debates, sugerindo pautas que devem ser sistematizadas e enviadas para as lideranças responsáveis no FIDA, agências implementadoras e governos.

A atividade de transição consiste na redação e comunicação de um breve manual definidor do novo escopo de funcionamento do GT-Comunicação. Os responsáveis diretos são a assessoria de comunicação do PSI e assessorias de Comunicação dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, a partir do financiamento dos Projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, com início da execução previsto para agosto de 2021.

A perspectiva pós-término do projeto aponta que o Grupo de Trabalho de Comunicação dos Projetos FIDA no Brasil, iniciado através do PSI, serviu para aumentar a proximidade entre as assessorias de Comunicação dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil e contribuiu para o fortalecimento de uma cultura comunicacional unificada. Após o encerramento das atividades do PSI, recomenda-se a continuidade do GT, haja vista sua importância para a troca de informações estratégicas e de planejamento em comunicação.

2. COMPONENTE TÉCNICO

No componente técnico, as rotas de sustentabilidade incluem as atividades e resultados do **Componente 1 – Monitoramento e Avaliação (M&A)** – do PSI, que tem por objetivo principal o suporte aos projetos FIDA no Brasil, África e América Latina e Caribe no que se refere ao M&A. As atividades realizadas por esse componente estão relacionadas: 1) à identificação e/ou elaboração de metodologias que melhorem a tomada de decisão baseada em evidências; 2) à capacitação e difusão de conhecimento em Monitoramento e Avaliação, visando a melhoria da qualidade da gestão dos projetos; 3) ao suporte às avaliações dos projetos, tanto nos Estudos de Linha Base quanto nas análises finais, seja de impacto ou resultados; 4) ao desenvolvimento, manutenção e suporte dos sistemas eletrônicos de gestão disponibilizados pelo FIDA, mais especificamente o Sistema DATA.FIDA.



2.1 Sistema DATA.FIDA Brasil

O primeiro resultado do componente 1 (M&A) diz respeito ao desenvolvimento e Manutenção do Sistema Físico e Financeiro de Informações de Monitoramento para Projetos do FIDA – Brasil.

As possíveis estratégias de sustentabilidade para o DATA.FIDA são:

a) Gestão conjunta entre FIDA e IICA

Tomando como base o fato de que o sistema DATA.FIDA foi desenvolvido a partir de uma estrutura administrada pelo Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), partindo de uma necessidade dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, tendo seu desenho sido realizado exclusivamente por consultores FIDA para sanar questões relacionadas aos projetos apoiados por essa organização, seria compreensível que a gestão desse produto fosse realizada conjuntamente pela equipe de especialistas das referidas organizações. Dessa maneira, o DATA.FIDA estaria amparado por uma competente equipe de Tecnologia da Informação do IICA, que centralizaria a gestão do sistema em sua rotina técnica, enquanto o FIDA seria responsável por todas as outras atividades que envolvem a gestão de um sistema (inclusive cuidando para que ele seja adequado e, por conseguinte, adotado por novos projetos e doações do FIDA). Seria possível utilizar a base de projetos apoiados pelo IICA, que possuem recursos advindos do FIDA, e utilizar o sistema DATA.FIDA como prerrogativa para consolidação da parceria em questão⁵.

b) Contratação de consultoria sob demanda para gestão do sistema DATA.FIDA (LVieira ou consultoria PF independente)

A segunda via seria a contratação de consultoria independente, vinculada à demanda por suporte, capacitação, resolução de problemas etc. Essa estratégia poderia ser adotada caso qualquer das organizações supracitadas ficasse responsável pela gestão formal do sistema, pois não atuaria na gestão direta do sistema, mas sim como elemento de suporte e elo entre as partes interessadas. Ou seja, dependeria de algum tipo de ponto focal FIDA ou IICA que pudesse dar legitimidade aos seus posicionamentos e direcionamentos em relação ao DATA.FIDA⁶.

5 Além do esforço disposto pelo IICA, o FIDA precisaria também de um(a) profissional especializado que fosse responsável pela gestão das informações presentes no sistema e demais rotinas que superassem o escopo de manutenção técnica já abarcado pelo IICA. Este(a) profissional estaria incluído na equipe permanente do FIDA, mas trabalharia diretamente com a Tecnologia da Informação do IICA, que centralizaria a gestão técnica do sistema, enquanto o(a) primeiro(a) seria responsável por todas as outras atividades que envolvem a gestão de um sistema (inclusive cuidando para que ele seja adequado e, por conseguinte, adotado por novos projetos e doações do FIDA).

6 Essa opção preza pela economicidade e otimização do tempo técnico em vez da constituição de uma equipe específica para manejar o DATA.FIDA, sendo possível, inclusive, manter o contrato com o atual fornecedor (LVieira Consultoria em Informática), apenas aumentando o escopo para uma gestão mais próxima dos projetos e doações que utilizam o sistema atualmente. As articulações e gestão legal do sistema, reiteramos, deve continuar sendo realizada por FIDA ou IICA, independente da opção por consultoria on demand escolhida. A mudança viria apenas na forma de necessidade de constituição de uma equipe formal frente a uma equipe mais flexível, que atuasse sob demanda, porém supervisionada por algum quadro permanente da organização contratante.

As atividades de transição consistem em: a) construir um “Mapa de Responsabilidades” relacionado ao sistema DATA.FIDA para definir qual será a organização responsável pela gestão do sistema, sendo ela também responsável pela gestão da equipe ou indivíduo contratado para a realização do trabalho; b) Contratar consultoria ou staff permanente para atuar na gestão direta do sistema DATA.FIDA.

Os responsáveis diretos por essas atividades, previstas para agosto de 2021, são os gestores do FIDA e IICA, e as possíveis fontes de financiamento são o FIDA, Projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, e doações do FIDA no Brasil.

Na perspectiva pós-término do PSI, espera-se que o Sistema DATA.FIDA continue sendo utilizado pelos projetos apoiados pelo FIDA-Brasil, bem como suas doações mesmo após o final da execução do PSI. Considerando a robustez do sistema, bem como sua capacidade de comunicação de dados através da “Interface Pública”, as funcionalidades do DATA.FIDA são suficientes para os projetos atuais e a base do sistema permite alterações necessárias para atender possíveis mudanças (como aconteceu com a substituição dos indicadores “RIMS” pelos “Core Indicators”).

2.2 Internacionalização do DATA.FIDA

O segundo resultado do componente 1 corresponde ao escalonamento do Sistema DATA.FIDA para projetos apoiados pelo FIDA em outros países. Considerando que a gestão do DATA.FIDA ficaria responsável por todas as versões do sistema, a melhor estratégia de sustentabilidade seria apontar um quadro interno do FIDA para atuar como responsável pela realização de articulações e gestão de documentação de parcerias entre o FIDA Brasil e demais países.

As atividades de transição são as mesmas previstas para o item 3.2. *Os responsáveis diretos são os gestores do FIDA e as possíveis fontes de financiamento são o FIDA, Projetos apoiados pelo FIDA no Brasil e doações do FIDA no Brasil.*

A perspectiva pós-término do PSI é que o Sistema DATA.FIDA possa responder como sistema de gestão de projetos FIDA em nível global. Nesse sentido, para além da gestão que pode estar (e recomenda-se que esteja) vinculada à decisão para o Brasil, é necessário e importante pensar em estratégias para disseminação, escalonamento e customização do DATA.FIDA para outros países.

2.3 Grupo de Trabalho de M&A

O terceiro resultado do componente 1 inclui a realização de workshops e reuniões do GT-M&A FIDA para treinar equipes estaduais encarregadas de M&A. O objetivo principal do GT-M&A deve ser de atuar como um foro temático de discussão, onde será possível identificar melhores práticas, gargalos e dificuldades para a tomada de decisão baseada em evidência nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil e atuação das áreas de M&A nessa realidade.

Considerando que o GT M&A dos projetos FIDA é formado pelas assessorias de M&A dos projetos apoiados pelo FIDA e não responde de maneira direta às estruturas organizacionais da instituição, recomenda-se como estratégias de sustentabilidade a formalização de um modelo de governança onde os projetos tenham condições de liderar os debates, sugerindo pautas e organizando reuniões, que devem ser sistematizadas e enviadas para as lideranças responsáveis no FIDA, agências implementadoras e governos. Também se recomenda o início de um trabalho de aproximação e alinhamento entre as áreas de M&A dos projetos em outros países, visando aumentar o nível de integração entre essas áreas, bem como o escopo de conhecimento e cooperação.

As atividades de transição incluem:

- a. Oferecer o Curso PRiME (Program in Rural M&E), em parceria com a Iniciativa CLEAR, entre os cursos de formação previstos pelo Programa;
- b. Formalizar o GT M&A dos projetos FIDA, idealmente em evento/reunião (não necessariamente presencial);
- c. Criar governança com liderança rotativa, a partir de reuniões semestrais lideradas por um projeto diferente, sistematização das principais pautas discutidas nas reuniões e rotina de envio das pautas/atas de reunião para as lideranças responsáveis do FIDA e projetos. Os responsáveis diretos são a gerência de M&A do PSI, assessorias de M&A dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, consultores(as) e staff de M&A do FIDA. O início da execução está previsto para agosto de 2021.

Na perspectiva pós-término do programa, recomenda-se a continuidade das atividades do GT, com observação para as limitações inerentes de uma gestão compartilhada, descentralizada e desvinculada do organograma ou determinação do FIDA.



3. COMPONENTE POLÍTICO

O objetivo deste componente no PSI, que corresponde ao *Componente 3 – Diálogo de políticas públicas e Cooperação Sul-Sul*, consiste na construção de capacidades para o compartilhamento de conhecimento entre técnicos(as), produtores(as) e beneficiários(as) sobre práticas inovadoras originadas de programas e políticas de desenvolvimento e redução da pobreza rural, por meio de intercâmbios e troca de experiências, bem como fortalecimento da cooperação Sul-Sul no âmbito dos projetos apoiados pelo FIDA na América Latina e África. Esse componente divide-se em quatro resultados abaixo descritos.



3.1 Canais de diálogo entre gestores públicos e técnicos de Projetos FIDA na região

Nos resultados alcançados para esse componente, estimou-se capacitar 100 gestores públicos e autoridades nas atividades relacionadas com diálogos para melhoria das políticas públicas e cooperação Sul-Sul. Foram capacitados 84 gestores públicos e autoridades, com estimativa que a meta seja alcançada até o final do PSI.

As rotas de sustentabilidade contemplam ações de continuidade ao diálogo entre parceiros, nascidos de intercâmbios anteriores, e de seguimento à troca de conhecimentos sobre a experiência do PSI quanto à gestão do conhecimento, demandado pelos projetos na Argentina.

As atividades de transição incluem: a) realizar intercâmbio entre as estratégias de sustentabilidade entre projetos do Brasil e México; b) dar suporte às trocas de experiências sobre ATER entre o Brasil e o México, fazendo interlocução com o Projeto AKSAAM (Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados); e c) realizar o segundo encontro virtual entre gestores de projetos FIDA e lideranças rurais, em seguimento ao realizado em 2019, que possa dar evidência às estratégias de enfrentamento à pandemia do covid-19, resultando na sistematização de algumas experiências ou ideais. As possíveis fontes de financiamento dessas atividades são FIDA MÉXICO, AKSAAM, FIDA MERCOSUL, CLAEH e FIDA Argentina.

A perspectiva pós-término do Programa é que estejam estabelecidos canais efetivos e permanentes de comunicação e diálogo entre gestores de projetos FIDA na América Latina para uma troca contínua de experiências, como vem acontecendo entre projetos do Brasil, México e Argentina.

3.2 Criação de conteúdo, intercâmbio de experiências e sistematização de boas práticas

Os resultados relacionados a este componente incluem:

- › 20.000 agricultores e agricultoras familiares, técnicos, gestores públicos e autoridades envolvidos na cooperação Sul-Sul e com acesso a novos produtos do PSI por intermédio de meio digital.
- › 375 agricultores e agricultoras familiares com conhecimento direto de algumas das experiências bem-sucedidas selecionadas e avaliadas pelo PSI, por meio de eventos para a troca de experiências entre os produtores familiares do semiárido.



- › Participação de 51.100 beneficiários envolvidos na cooperação Sul-Sul, dobrando a estimativa inicial de participantes.
- › 1º Encontro de Líderes Rurais e Gestores de Projetos FIDA no MERCOSUL (setembro 2019) contou com a participação de 80 líderes rurais e gestores de 7 países.

As rotas de sustentabilidade contemplam sistematizar os resultados do intercâmbio com projetos FIDA na Argentina, Brasil e México, bem como as boas práticas em mudanças climáticas. Outra atividade prevista consiste em finalizar o processo de construção coletiva do Programa de Estágios de Saberes entre os Semiáridos da América Latina, com a parceria da Plataforma Semiáridos, com organizações de seis países, garantindo que pelo menos 20 jovens circulem em estágios até o final de 2021. O PSI financiará o fortalecimento dessa rede de jovens durante todo o processo de construção, com investimentos em tradução simultânea dos encontros e ajuda de custos para os/as jovens que fazem parte da comissão internacional, até julho de 2021. Além disso, o PSI apoiará a Plataforma Semiáridos da América Latina na articulação com outros parceiros potenciais financiadores para completar os recursos necessários para financiar o estágio de 10 jovens.

As atividades de transição incluem: a) publicação do resultado do intercâmbio sobre estratégia de sustentabilidade entre projetos do Brasil e México; b) criar um catálogo de boas práticas relacionadas à convivência com o semiárido e enfrentamento às mudanças climáticas; e c) realizar reuniões quinzenais com a comissão nacional de jovens dos semiáridos e mensais com a comissão internacional. As possíveis fontes de financiamento são o FIDA MÉXICO, CONAFOR, e Plataforma Semiáridos.

Com a perspectiva pós-término do Programa, espera-se fortalecer o acervo de sistematização de boas práticas, metodologias, orientações e encaminhamentos desses eventos e encontros, para garantir a contínua troca e incorporação de conhecimentos. Com relação à Plataforma Semiáridos, pretende-se criar e fortalecer uma rede de jovens dos semiáridos da América Latina que siga intercambiando experiências em temas de desenvolvimento rural, e garantir que eles sejam apoiados por outras iniciativas como a Plataforma Semiáridos e DAKI.

3.3 Rotas e territórios de aprendizagem

O programa Territórios de Aprendizagem (TA) é liderado pela PROCASUR em alguns países da América Latina e, no Brasil, está sendo implementado e financiado pelo PSI e pelo Projeto Dom Helder Câmara, entre 2019 e 2021, em comunidades de quatro estados com projetos FIDA. Esse programa incentiva o desenvolvimento de capacidades locais para a gestão associativa do conhecimento de produtores, famílias, comunidades e associações rurais, promovendo, assim, o escalonamento de inovações. O conceito de "Território de Aprendizagem" consiste em comunidades ou territórios com alta concentração de inovações relevantes para o desenvolvimento rural. Identificado esse território, denso em ativos de conhecimento, o Programa investe em potencializar e organizar pedagogicamente as lições apreendidas pelos próprios talentos locais, construindo propostas de capacitação e formação in loco e com soluções úteis para outros parceiros públicos e privados.

Como resultados alcançados pelo PSI com relação às rotas/territórios de aprendizagem, destacam-se:

- › 200 agricultores e agricultoras familiares participaram de 6 rotas de aprendizagem em países da região andina, em colaboração com o PROCASUR.

No PSI, essa metodologia de Rotas de Aprendizagem foi substituída por intercâmbio de visitas a Territórios de Aprendizagem, com destaque para dois Territórios de Aprendizagem visitados na Colômbia, para troca de experiências em negócios rurais, com a participação de 15 beneficiários. Muitos outros eventos de trocas de experiências entre produtores e produtoras rurais ocorreram com visitas de intercâmbio, com a meta de 200 participantes sendo ultrapassada.

As estratégias de sustentabilidade para os territórios de aprendizagem consistem em:

- a) Realizar uma ação piloto em formato de intercâmbio em cada um dos 4 Territórios de Aprendizagem (TA), para garantir seu pleno funcionamento (1º semestre de 2021);
- b) Fazer pequenos investimentos em cada um dos TA para fortalecer suas estratégias de comunicação, como aquisição de sites, criação de identidade visual;
- c) Garantir que, uma vez finalizado o PSI, a PROCASUR preste serviços de assessoria de até um ano aos territórios;
- d) Garantir o apoio continuado dos Projetos FIDA aos territórios de aprendizagem, como parte de suas estratégias de saída. Naqueles projetos que já tiverem finalizado, garantir o apoio de outros programas de governos estaduais. As fontes de financiamento incluem o PROCASUR, PROCASE, Pró-Semiárido, Projeto Viva o Semiárido e PDHC II.

A perspectiva pós-término é a consolidação do Programa de Territórios de Aprendizagem no Brasil como espaços de gestão do conhecimento local, geridos por jovens, para venda de serviços de conhecimento e assessoria técnica entre pares. Além disso, estima-se que a iniciativa seja incorporada aos projetos FIDA no Brasil como estratégia de saída.

3.4 Canais de diálogo sobre políticas públicas no Brasil e outros países da América Latina e África



As rotas de sustentabilidade do PSI consistem em articular com o AKSAAM a continuidade de apoio institucional ao Fórum de Gestores da Agricultura Familiar, para a realização dos encontros, o desenvolvimento de estudos de interesse dos estados participantes e a garantia de participação da sociedade civil nos debates promovidos. Nas atividades de transição, estão previstas reuniões de alinhamento entre PSI, FIDA e AKSAAM.

A perspectiva pós-término é que espaços como o Fórum de Gestores, que obteve apoio do Programa Semear e PSI, possam continuar sendo fortalecidos por meio do apoio institucional dos projetos apoiados pelo FIDA e das doações. Esse é um espaço estratégico cujo foco é a agricultura familiar, reunindo todos os estados do Nordeste e atores-chave para o debate de políticas e boas práticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.



ROTAS DE SUSTENTABILIDADE





O Projeto Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido – Dom Helder Câmara II (PDHC II) – atua em 838 municípios distribuídos em 11 estados das regiões Nordeste e Sudeste (semiárido brasileiro)⁷. O objetivo central do PDHC II é “contribuir para a redução da pobreza rural e das desigualdades no semiárido, por meio de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), fomento às atividades produtivas e integração de políticas públicas federais, estaduais e municipais”. O público-alvo são os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens.

Cabe destacar que a gestão do PDHC está a cargo da Unidade de Gestão do Programa (UGP/MAPA) e sua execução é descentralizada, articulada em ampla rede de colaboração, incluindo:

- a. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), que contrata as empresas públicas e privadas de ATER;
- b. EXECUTORAS (instituições e empresas) contratadas por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), como EMBRAPA Caprinos e CODEVASF (mudas de palma);
- c. Instituição responsável pela sistematização de conhecimentos e avaliação de impacto – Universidade de Brasília⁸ – a partir de um TED realizado com o MAPA.

O projeto é implementado ainda a partir de uma ampla rede de cooperação para o desenvolvimento de atividades, incluindo o Ministério da Cidadania, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, Superintendências Federais de Agricultura (SAFs), cooperativas e associações etc.

A estratégia de sustentabilidade do PDHC II divide-se em cinco componentes: (1) Diálogo, integração de políticas públicas e disseminação de experiências inovadoras; (2) Desenvolvimento de capacidades organizacionais; (3) Desenvolvimento produtivo sustentável e acesso a mercados; (4) Gestão do Projeto; e (5) Planejamento, monitoramento e avaliação. Para fins de sistematização deste relatório, os componentes foram organizados dentro dos três grandes eixos da seguinte maneira: componente social (2), componente técnico (3), e componente político (1) e (5). Os principais indicadores e metas alcançadas pelo projeto estão sintetizados na Tabela 1.

7 A primeira fase do PDHC foi realizada entre 2000 e 2009 em seis estados do Nordeste, beneficiando 15 mil famílias (346 associações/77 municípios). A segunda fase do projeto, iniciada em agosto de 2014, integrou 913 municípios dos estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Sergipe, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte (Nordeste) e Minas Gerais e Espírito Santo (Sudeste), apoiando cerca de 60 mil famílias e beneficiando diretamente em torno de 126 mil pessoas. Disponível em: <http://portalsemear.org.br/noticias/projeto-dom-helder-camara-em-destaque/>.

8 As atividades de M&A são realizadas através do “Projeto Monitora”, responsável pela coleta e sistematização de dados inerentes à execução do PDHC, a partir de um sistema informatizado de gerenciamento de informações.

BALANÇO DE METAS DO PDHC II EM 2020.

NOME DO INDICADOR FINAL	META TOTAL	2020		
		META	RESULTADO	ACUMULADO
Aumento de 35% nos ativos das famílias beneficiárias de assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 3º nível).	35	35	55.48	55
74.000 famílias rurais na área do projeto serão beneficiadas por melhor informação sobre políticas e programas públicos, sendo:	74.000	2.000	459	54.088
45.000 famílias terão acesso a políticas e programas públicos.	45.000	4.000	18.532	57.884
Famílias representadas por jovens.	13.670	200	160	13.570
Famílias quilombolas.	2.918	50	44	2.916
Famílias indígenas.	346	5	5	345
27.000 famílias beneficiadas por assessoria técnica aumentam sua produção agrícola em 25%, em média, no fim do projeto.	27.000	27.000	31.085	31.085
50% dos beneficiários do projeto são mulheres.	37.000	1.000	308	37.072
Famílias que relatam um aumento na produção (CI 1.2.4).	18.000	18.000	32.428	32.428
Famílias que relatam a adoção de insumos, tecnologias ou práticas novas / aprimoradas (CI 1.2.2).	18.000	18.000	47.020	47.020
5 políticas de desenvolvimento rural sustentável criadas ou melhoradas a partir das metodologias inovadoras geradas desde o PDHC.	5	2	-	3
6.000 atividades voltadas para a articulação de políticas públicas no âmbito do PDHC.	6.000	4.000	-	723
250 provedores de AT com capacidades melhoradas.	250	-	-	1.747
Sendo pelo menos 50% mulheres.	125	-	-	264
27.000 famílias mobilizadas e com capacidades desenvolvidas.	27.000	700	459	54.088
54 comunidades quilombolas e indígenas beneficiadas pelo Projeto.	54	-	-	163
450 grupos de mulheres capacitadas em temática de gênero.	450	250	-	155
Pelo menos 1.100 jovens com maiores capacidades devido à participação em oportunidades de estudo e capacitação.	1.100	240	-	-
Pessoas treinadas em práticas de produção e/ou tecnologias (CI 1.1.4).	60.000	3.400	459	54.088

cont. Tabela I - Balanço de metas do PDHC II em 2020.

NOME DO INDICADOR FINAL	META TOTAL	2020		
		META	RESULTADO	ACUMULADO
Mulheres (CI 1.1.4)	30.000	1.700	308	37.051
Homens (CI 1.1.4)	30.000	1.700	311	32.156
Jovens (CI 1.1.4)	18.000	680	148	13.666
60.000 famílias acessam ATER.	60.000	3.400	459	54.088
17.700 famílias acessando a política pública de Fomento Produtivo (Ministério da Cidadania).	17.700	7.142	3.792	14.474
Famílias que acessam serviços financeiros (CI 1.1.5).	13.500	-	14.740	43.410
Pelo menos 20.000 famílias diversificam seus sistemas produtivos.	20.000	20.000	23.410	23.410
Produtores rurais que acessam insumos de produção e/ou pacotes tecnológicos (CI 1.1.3).	17.700	7.142	3.792	14.474
Mulheres (CI 1.1.3)	8.850	7.000	2.994	11.353
Jovens (CI 1.1.3)	3.540	1.000	825	2.687
Pelo menos 16.200 famílias adotam novas práticas tecnológicas.	16.200	16.200	43.237	43.237
Pelo menos 20.000 famílias introduzem pelo menos um novo produto.	20.000	20.000	42.064	42.064
6.140 famílias adotam uma nova atividade geradora de renda, sendo:	6.140	6.140	25.402	25.402
4.500 famílias com mulheres responsáveis pelo domicílio;	4.500	4.500	3.454	3.454
1.100 famílias com jovens responsáveis pelo domicílio;	1.100	1.100	616	616
260 famílias de comunidades indígenas;	260	260	769	769
280 famílias de comunidades quilombolas.	280	280	1.818	1.818
10.900 famílias beneficiadas com ações que envolvem a implementação de novas tecnologias e práticas inovadoras.	10.900	1.200	42	42
3.300 famílias com acesso à tecnologia para superação de gargalos na criação de caprinos e ovinos.	3.300	1.000	-	-
6.600 famílias beneficiadas por meio da distribuição de palma forrageira.	6.600	200	42	42
1.000 famílias apoiadas por meio da estruturação da cadeia produtiva de queijo caprino e coalho bovino.	1.000	200	-	-
Pelo menos 10.800 famílias acessam programas de compras públicas (PAA, PNAE).	10.800	8.000	4.918	4.918
Pelo menos 2.700 famílias acessam mercados diferenciados (orgânico, comércio justo).	2.700	2.700	4.987	4.987

Fonte: SGA e sistema financeiro.

1. COMPONENTE SOCIAL

1.1 Desenvolvimento de capacidades técnicas e organizacionais

No PDHC II, o componente social das rotas de sustentabilidade corresponde ao *Componente 2 – Desenvolvimento de capacidades organizacionais* da estratégia de saída do Programa. Seu objetivo consiste em “fortalecer as capacidades das comunidades, enquanto associações, grupos, cooperativas e afins, visando ampliar o acesso às políticas públicas, fortalecer a participação na gestão de demandas identificadas pelo grupo, além de apoiar melhorias de suas atividades produtivas, dedicando especial atenção ao desenvolvimento das capacidades das mulheres, dos jovens e dos povos e comunidades tradicionais, buscando assim reduzir as desigualdades”. Para atingir seu objetivo, as ações estão divididas em dois resultados relacionados a esse componente.

As rotas de sustentabilidade do resultado 2.1. *Comunidades atendidas pelo PDHC II recebendo atividades de ATER* para acompanhamento do projeto produtivo comunitário, executadas durante a realização do projeto, incluem:



- a) Garantir a elaboração dos projetos comunitários durante a vigência do PDHC II e, a partir deles, articular negociações com os parceiros para implementação dos projetos após o término do PDHC II.
- b) Negociação para que técnicos de ATER de empresas (públicas estaduais) mantenham um espaço de comunicação presencial e/ou virtual junto aos produtores, visando a continuidade de orientação técnica rural.
- c) Articulação de parcerias entre instituições públicas federais e estaduais de ATER, visando acesso financeiro (crédito e/ou fomento) para implementação e continuidade de assistência técnica rural para as comunidades.

O resultado 2.2. Mais de 50% das famílias atendidas possuem como responsável principal pela propriedade mulheres (autodeclaração) tem como rotas de sustentabilidade:

- a. Articulação entre as instituições federais e estaduais para a implementação de projetos sociais que priorizem a inserção produtiva de mulheres e jovens rurais em ações que viabilizem apoio técnico para qualificação produtiva, gestão e comercialização em suas unidades produtivas e participação em ações coletivas locais.
- b. Articulação institucional para acesso a compras públicas, crédito rural e políticas públicas de acesso à terra para as famílias atendidas pelo PDHC II, que possuem uma mulher e/ou jovem como responsável.
- c. Articulação para priorização de beneficiários mulheres e jovens rurais no Termo de Execução Descentralizada (TED)⁹, executados no âmbito do PDHC II, destinados a fortalecer associações e ou cooperativas que produzem alimentos artesanais, buscando melhorias em sua produção, aumento de valor agregado e acesso aos meios de comercialização.

INSERÇÃO PRODUTIVA DE
**MULHERES E
JOVENS RURAIS**



As atividades de transição do componente social incluem o mapeamento e acesso dos projetos produtivos coletivos elaborados (ex. identificação e seleção de Unidades Familiares de Produção Agrícola – UFPA's – e mapeamento dos TED's), reuniões interinstitucionais e coletivas com as comunidades para discutir a continuidade da implementação do projeto coletivo e ações de M&A.

⁹ O projeto prevê a aplicação de quatro termos de execução descentralizada: TED para difusão da palma forrageira resistente a cochonilha do carmim (Codevasf); TED para melhoramento de rebanho caprino executado pela Embrapa Caprinos; e TED para o fortalecimento da produção de queijo de cabra na região do território do Cariri paraibano e do queijo coalho bovino no território do Vale de Jaguaribe cearense (FNDCT).

Os responsáveis diretos pelas ações do resultado 2 incluem a Unidade de Gestão do Programa (UGP/MAPA), Superintendências Federais de Agricultura (SFA's), Secretarias Estaduais de Agricultura, empresas de prestação de ATER e AKSAAM. Em particular, a implementação do resultado 2.2 é compartilhada ainda com o Decred/SAF, Ministério da Cidadania, CODEVASF, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e EMBRAPA.

As fontes de financiamento para o componente social incluem programas e projetos nacionais de incentivo ao desenvolvimento rural (ex. PDHC II, Programas Nacionais de Crédito Rural), programas nacionais de incentivo ao desenvolvimento rural voltados a associações e/ou cooperativas, políticas públicas de crédito rural para associações e/ou cooperativas, programas e projetos dos governos estaduais e projetos apoiados com fundos internacionais para o desenvolvimento rural (ex. Cadernetas Agroecológicas, Territórios de Aprendizagem /Procasur). O início de execução está previsto para o segundo semestre de 2021.



Como perspectiva pós-término, espera-se que os projetos produtivos comunitários (grupos e/ou associações), elaborados a partir das atividades de ATER coletiva, possam ter apoio financeiro e orientação técnica rural de qualidade para consolidação de seus resultados. Entre as comunidades atendidas pelo PDHC II, as identificadas como indígenas e quilombolas são prioritárias. Com relação às produtoras atendidas pelo PDHC II, a perspectiva é que elas consigam manter e ampliar os resultados de aumento de produção e renda, melhoria nutricional da família, continuidade das atividades diversificadas de geração de renda e consolidação de seu espaço decisório na gestão da propriedade. Além de priorizar mulheres responsáveis pela unidade produtiva, as estratégias também contemplam jovens, participantes ativos nas atividades produtivas da propriedade e beneficiários do PDHC II.

1.2 Disseminação de experiências inovadoras

IDENTIFICAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS EXITOSAS



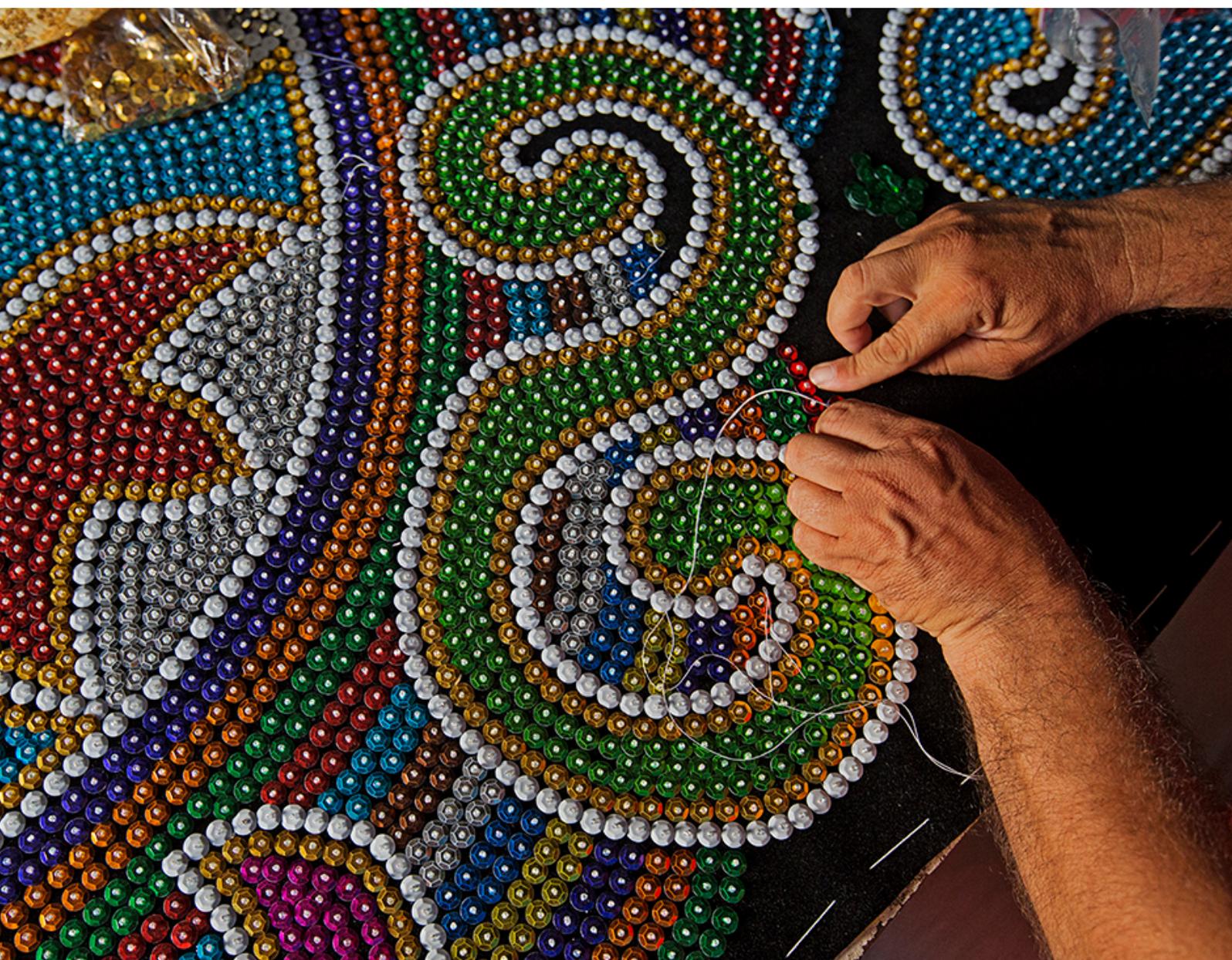
Com relação à disseminação de experiências inovadoras e exitosas possíveis de replicação, as rotas de sustentabilidade para o resultado 1.4. *Propriedades identificadas como Unidades de Referência via ATER no âmbito do PDHC II* incluem a sistematização, divulgação e promoção de intercâmbios entre produtores, com o objetivo de multiplicar o uso de práticas sustentáveis exitosas no semiárido e incentivar a continuidade de ações de intercâmbios após o término do projeto. Além da articulação do acesso ao fomento produtivo e políticas de crédito rural para as

propriedades que se configuram como unidades de referência, as experiências exitosas identificadas pelo PDHC II nas unidades devem ser devidamente sistematizadas, divulgadas e apoiadas em sua implementação, disseminação e continuidade.

Em adição, o resultado 5.3. *Experiências produtivas exitosas identificadas e sistematizadas* (Componente 5) tem como estratégias:

- a. Identificar, a partir dos registros no SGA e de contatos com as empresas prestadoras de assistência técnica, as experiências exitosas de convivência com o bioma do semiárido;
- b. Sistematizar e divulgar junto aos agricultores familiares do semiárido e às empresas de ATER que atuam na região as experiências produtivas exitosas de convivência com o semiárido.

A expectativa pós-término é que essas experiências produtivas exitosas, implementadas no âmbito do público atendido pelo PDHC II, sejam mapeadas, divulgadas e replicadas entre os beneficiários, sendo utilizadas como referência em outros projetos e políticas públicas de apoio para a agricultura familiar no semiárido.



2. COMPONENTE TÉCNICO

2.1. Desenvolvimento produtivo sustentável e acesso a mercados

Os resultados relacionados ao componente técnico das rotas de sustentabilidade estão inseridos nas atividades e resultados do Componente 03 – Desenvolvimento produtivo sustentável e acesso a mercados do PDHC II, com foco no acesso à assistência rural de qualidade oferecida por empresas estaduais de ATER, capacitação e orientação técnica para associações, cooperativas e criadores de caprinos e ovinos do semiárido, e capacitação e certificação para produtores de queijo caprino do semiárido.

A rota de sustentabilidade para o resultado 3.1. *Famílias de agricultores do semiárido com acesso à assistência técnica rural de qualidade oferecida por empresas estaduais de ATER via PDHC II* inclui a articulação de parcerias com as secretarias estaduais e



municipais de agricultura para viabilizar a continuidade de ações de ATER junto às famílias beneficiárias do PDHC II, seja in loco ou online. Os responsáveis diretos pela execução dessa atividade são a equipe UGP/SAF – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), superintendências Federais de Agricultura (SFA's), Secretarias Estaduais de Agricultura e empresas públicas estaduais de prestação de ATER.

Para o resultado 3.2. *Capacitação e orientação técnica para associações, cooperativas e criadores de caprinos e ovinos do semiárido*, as rotas de sustentabilidade incluem:

- a. realizar levantamento das famílias já atendidas pela ATER do PDHC II, que estão na área de abrangência do TED Embrapa e que possuem criação de caprinos e ovinos;
- b. articular, junto à Embrapa, estratégias para mobilização e integração das famílias beneficiárias do PDHC II para participarem das ações do TED;
- c. articular integração, quando possível, entre diferentes TED's do PDHC II.

Os responsáveis diretos por essas ações são a equipe UGP/SAF – MAPA e Embrapa Caprinos.

Para o resultado 3.3. *Capacitação e certificação para produtores de queijo caprino do semiárido*, as rotas de sustentabilidade incluem cinco atividades:

- a. Realizar levantamento das famílias já atendidas pela ATER do PDHC II, que estão na área de abrangência do TED FNDCT e que realizam produção artesanal de queijo;
- b. Articular, junto ao FNDCT, estratégias para mobilização e integração das famílias beneficiárias do PDHC II para participarem das ações do TED;
- c. Acompanhamento e monitoramento da execução do TED, com articulação de parcerias para potencializar resultados em campo;
- d. Identificar novas fontes de recursos, bem como novas parcerias para dar continuidade à disseminação de novas técnicas de produção de queijo, atendendo as normas da legislação sanitária vigentes;
- e. Articular integração, quando possível, entre diferentes TED's do PDHC II. Aqui os responsáveis diretos são a equipe UGP/ MAPA e o FNDCT.

As estratégias de sustentabilidade do item 3.4 *Produtores recebem mudas de palma forrageira resistentes a pragas*, para cultivo e posterior distribuição para outros produtores da região são: a) Realizar levantamento das famílias já atendidas pela ATER do PDHC II, que estão na área de abrangência do TED Codevasf e que tenham interesse no cultivo de palma forrageira; b) articular, junto à Codevasf, estratégias para mobilização e integração das famílias beneficiárias do PDHC II para participarem das ações do TED. Os responsáveis diretos por essas ações são a equipe UGP/MAPA e Codevasf.

As perspectivas pós-término do PDHC II para o componente técnico são:

- a. que as UFPAs atendidas com ATER por empresas públicas contratadas no PDHC II continuem recebendo assistência de qualidade em suas propriedades, presencialmente e/ou por meio de ferramentas digitais, de forma que os produtores recebam pelos menos 03 (três) anos de assistência técnica rural.
- b. que as famílias de agricultores atendidas pela Embrapa Caprinos aperfeiçoem seu sistema de manejo de rebanho (caprinos e ovinos), aumentando sua produção e renda, servindo assim de referência para os demais produtores da região de abrangência do projeto.
- c. que os produtores beneficiados pelo projeto tenham sua produção de queijo artesanal (cabra e coalho) melhorada e regularizada, permitindo que a atividade seja uma importante fonte de renda para os produtores.
- d. que os produtores beneficiados tenham, a partir do cultivo de palma forrageira, uma opção viável de alimentação animal para seus rebanhos em diferentes períodos do ano.

As atividades de transição para este componente incluem a elaboração de planejamento para a fase de transição e para a fase pós-projeto, reuniões interinstitucionais por estado, ações de monitoramento e avaliação (M&A), mapeamento e identificação de novos parceiros. Com a extensão do prazo de vigência do PDHC II, a UGP/MAPA realizará o acompanhamento e monitoramento em todo o período de execução dos TEDs referentes à capacitação, orientação técnica e fornecimento de mudas de palma. Isso colabora com o alcance dos resultados previstos e com a articulação de parcerias para potencializar os efeitos junto às famílias beneficiadas, bem como contribui com a integração, quando possível, de beneficiários(as) já atendidos pela ATER do PDHC II que tenham interesse no cultivo da palma forrageira e/ou produção artesanal de queijo. Essas atividades estão previstas para o 2º semestre de 2021.

As fontes de financiamento nessa fase de transição incluem recursos do PDHC II, projetos e programas dos governos estaduais, empresas públicas estaduais de prestação de ATER, recursos TED Caprino (resultado 3.2), TED FNDCT (resultado 3.3) e TED Codevasf (resultado 3.4); programas nacionais de incentivo ao desenvolvimento rural e fundos internacionais (desenvolvimento da agricultura).

3. COMPONENTE POLÍTICO

3.1. Diálogo e integração de políticas públicas

No PDHC II, este componente está relacionado à promoção do diálogo e integração de políticas públicas. O objetivo das ações relacionadas a este componente é melhorar o acesso a políticas públicas, no intuito de reduzir a pobreza rural, as desigualdades de gênero, geracionais e étnicas na região de atuação do projeto por meio do fortalecimento da articulação na implementação dessas políticas.

No âmbito do componente 1, o resultado 1.1. *Apoio no acesso a canais de comercialização a partir dos programas de compras públicas inclui a articulação de parcerias entre instituições públicas federais (UGP/MAPA, SFA's), instituições estaduais de ATER (secretarias estaduais e municipais de agricultura) e sindicatos dos trabalhadores rurais (STTR's), para viabilizar articulação e apoio*



técnico continuado aos beneficiários(as) do PDHC II, para acesso a programas de compras públicas a nível local (alimentação escolar e instituições públicas locais etc.).

Os responsáveis diretos pelo Resultado 1 incluem a equipe UGP/MAPA, SFA's, Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura, empresas públicas de prestação de ATER e STTR's. Além dessas organizações, o resultado 1.4 (propriedades identificadas como unidade de referência via ATER) tem como responsáveis o Projeto Monitora, implementado pela Universidade de Brasília (UnB), a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e o Projeto AKSAAM. O resultado 1.5 Viabilizar requisição e acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf) conta também com o PNCf, Departamento de Gestão do Crédito Fundiário – Decred/MAPA.

Para o resultado 1.2. *Parceria interministerial para promoção de acesso a recursos de fomento rural*, a UGP/Mapa e as SFA's, em conjunto com as instituições públicas estaduais de ATER, devem articular parceria com o Ministério da Cidadania para viabilizar o acesso de beneficiários(as) do PDHC II ao Programa Fomento Rural, que atendam ao perfil e que não foram contemplados com o programa durante a execução do projeto.

O resultado 1.3. Apoio para produtores na requisição e no acesso a programas de crédito rural tem como rotas de sustentabilidade viabilizar aos beneficiários(as) do PDHC II, que expressarem interesse, o acesso a programas de crédito rural, com o apoio UGP/ Mapa e SFA's, em conjunto com as instituições públicas estaduais de ATER.



ARTICULAÇÃO COM AGENTES EXECUTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No resultado 1.5. *Articulação institucional para promoção do acesso de famílias atendidas pelo PDHC II*, que se enquadrem no perfil estabelecido do PNCf, a UGP/Mapa e PNCf/Decred/Mapa, em conjunto com as SFA's e as instituições públicas estaduais de ATER, devem viabilizar, a partir de demanda do beneficiário(a), requisição e acesso ao PNCf.

As perspectivas pós-término do PDHC II para o componente político (componente 1 do PHDC) incluem:

- acesso continuado dos(as) beneficiários(as) aos programas de compras públicas, ao menos em âmbito local/municipal;
- acesso ao Programa Fomento Rural do Ministério da Cidadania aos beneficiários(as) que durante a execução do PDHC II não o acessaram;
- acesso continuado dos beneficiários(as) do PDHC II a programas de crédito rural, com o apoio das empresas de ATER públicas estaduais.

As fontes de financiamento para o componente político incluem a SFA's, Secretarias Estaduais de Agricultura e Ministério da Cidadania. O apoio técnico é disponibilizado por parte da ATER pública, Secretarias Municipais de Agricultura e/ou STTR's.

3.2. Planejamento, monitoramento e avaliação

Este item corresponde ao Componente 05 – Planejamento, Monitoramento e Avaliação, e trata das ações de monitoramento e avaliação do PDHC II. As principais atividades incluem a coleta de dados para a realização da avaliação de impacto do projeto, a avaliação da qualidade dos serviços de assistência técnica, o monitoramento dos indicadores do marco lógico do projeto e a identificação e a sistematização de experiências exitosas, resultantes das atividades de ATER realizadas junto aos agricultores beneficiados pelo PDHC.

As ações relacionadas ao referido componente estão a cargo da UnB, que executa as atividades a partir de um TED realizado com o MAPA. A execução ocorre por meio do "Projeto Monitora", responsável pela coleta e sistematização de dados inerentes à execução do PDHC, a partir de um sistema informatizado de gerenciamento de informações.

Outro instrumento de apoio ao monitoramento da execução do projeto, relacionado à ATER, é o Sistema de Gestão de ATER (SGA), gerido pela ANATER. O sistema possui um amplo banco de dados com informações dos produtores beneficiários, consistindo numa plataforma online na qual as empresas executoras de ATER lançam os dados das famílias, da unidade de produção e das atividades realizadas em campo. No final de 2019, o MAPA formalizou três TED's com a CODEVASF, Embrapa Caprinos e FNTDC. Nesses casos, o monitoramento ficará a cargo da UGP/MAPA e a partir de um sistema informatizado específico para o acompanhamento dos referidos termos. Cabe ressaltar que os dados oriundos dos sistemas de M&A são fundamentais para embasar futuros projetos, nutrir de informações as instituições estatais, que podem se utilizar de tais dados para a criação de novas políticas públicas, bem como para divulgar as experiências exitosas.

O componente 5 divide-se em quatro resultados esperados com ações específicas. As rotas de sustentabilidade para o resultado 5.1. Estudo de avaliação de impacto concluído incluem:

- a. Utilizar os dados da avaliação de impacto como referência para elaboração de novos projetos direcionados ao público do PDHC;
- b. Analisar a possibilidade de utilizar os resultados da avaliação de impacto como ferramenta para indicar potenciais beneficiários para o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) entre o público do PDHC;
- c. Utilizar os dados da avaliação de impacto para demonstrar a importância das políticas de fomento produtivo e de crédito rural.

Para o resultado 5.2. *Estudo da avaliação da qualidade da assistência técnica concluído* as estratégias incluem:

- a. Utilizar os resultados da avaliação da qualidade dos serviços de ATER para apoiar a elaboração de novos editais de contratação de serviços de assistência técnica, seja no âmbito do PDHC ou de outros programas/projetos da SAF/Mapa;
- b. Utilizar a metodologia como referência para avaliar novos contratos de serviços de assistência técnica no âmbito da SAF/Mapa;
- c. Propor novas ferramentas de avaliação da qualidade dos serviços de ATER, utilizando canais de fácil acesso aos agricultores.

O resultado 5.4. *Sistemas de monitoramento aperfeiçoados* inclui as seguintes estratégias (rotas):

- a. incorporar as inovações realizadas no SGA/Anater em todos os projetos de assistência técnica implementados no âmbito da SAF/Mapa, em todo o território nacional; e
- b. utilizar o sistema de monitoramento desenvolvido para acompanhar os TED's no âmbito do PDHC II e para monitorar todos os TED's executados no âmbito da SAF/Mapa.

As perspectivas pós-término do projeto para o componente 5 do PHDC são que:

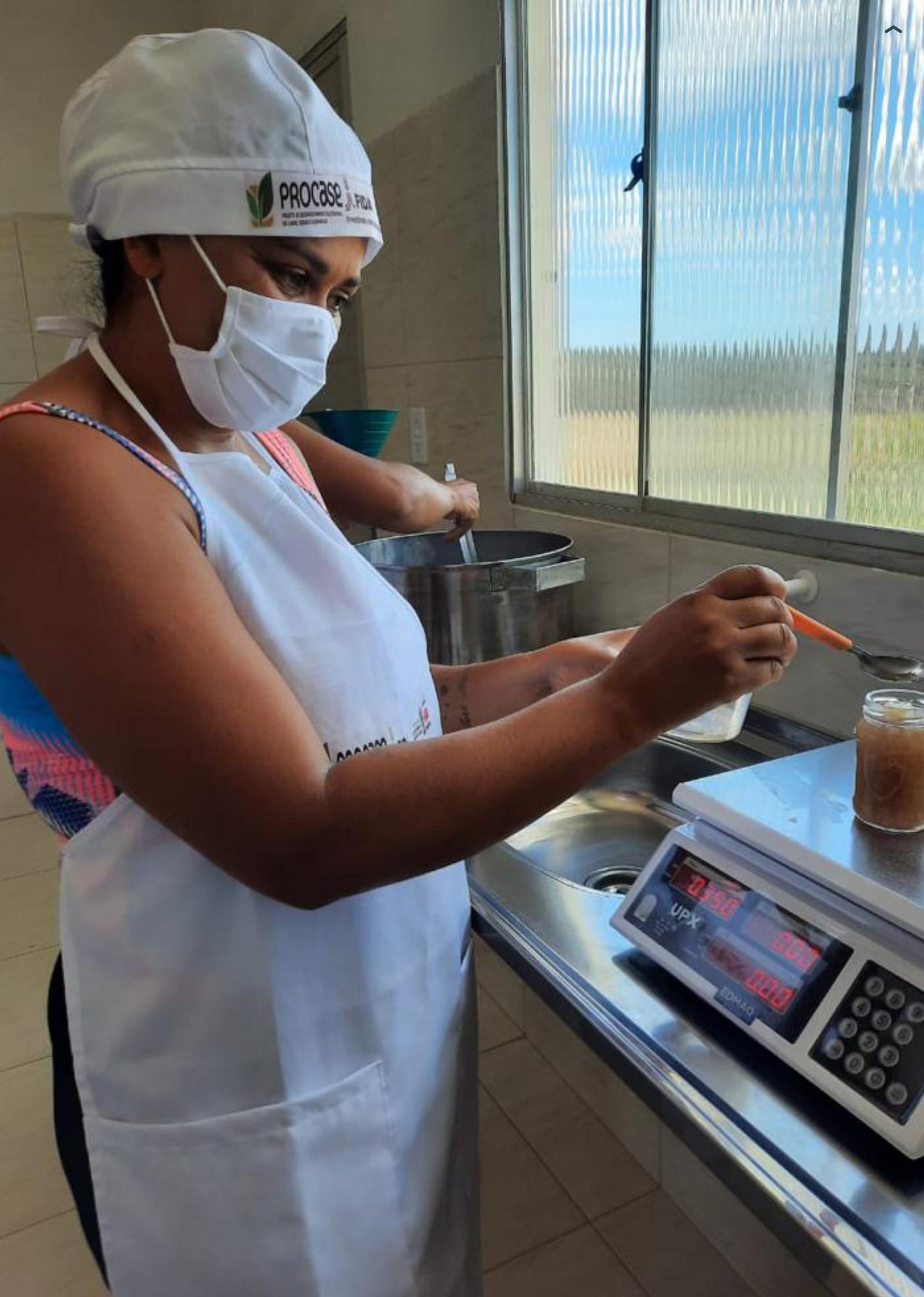
- a. os resultados da avaliação de impacto sejam utilizados na formulação de outras políticas públicas;
- b. os resultados da avaliação da qualidade dos serviços de assistência técnica sejam utilizados como referência para novas contratações de serviços de ATER;
- c. os sistemas de monitoramento, desenvolvidos durante a execução do PDHC II, sejam utilizados em outros projetos de assistência técnica direcionados aos agricultores familiares.

As atividades de transição incluem reuniões interinstitucionais, acompanhamento das etapas de execução da avaliação de impacto do projeto, elaboração de novas ferramentas de M&A, identificação e sistematização de experiências, elaboração de novos projetos, identificação de novos parceiros e elaboração de materiais de divulgação. Os responsáveis diretos pela execução do componente 5 incluem a equipe da UGP/ MAPA, Projeto Monitora (UnB) e ANATER. As fontes de financiamento para os resultados relacionados a esse componente incluem recursos do PDHC II, fundos internacionais (desenvolvimento da agricultura), PNCF e ANATER.



ROTAS DE SUSTENTABILIDADE





O Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE) atua em 56 municípios distribuídos em cinco territórios do semiárido paraibano: Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Curimataú, Seridó e Médio Sertão, os quais apresentam baixos índices de desenvolvimento econômico e social, em uma macrorregião onde a probabilidade de secas é acima de 90%.

O principal objetivo do projeto consiste em melhorar, de forma sustentável, a renda agrícola e não agrícola, os ativos produtivos, as capacidades organizacionais e as práticas ambientais nas áreas rurais mais pobres do semiárido paraibano. Entre os objetivos específicos, destacam-se:

- a. contribuir para o desenvolvimento rural sustentável do semiárido paraibano, reduzindo os atuais níveis de pobreza rural e fortalecendo as ações de prevenção e mitigação da desertificação em sua área de intervenção;
- b. Desenvolver o capital humano e social, apoiando a capacitação técnica e vocacional da juventude rural;
- c. Melhorar a produção agrícola e não agrícola, o acesso aos mercados e as capacidades organizacionais da agricultura familiar e dos empreendimentos rurais;
- d. Prevenir e mitigar os efeitos da desertificação, promovendo a gestão sustentável. As mulheres, jovens e quilombolas estão entre os públicos prioritários do projeto.

Entre os principais resultados alcançados pelo PROCASE (2020), destacam-se 97 projetos produtivos realizados, 21.757 famílias atendidas por ATER, 461 campos irrigados e 61 dessalinizadores instalados, além da distribuição de cerca de 5 milhões de mudas de palma forrageira. O projeto também realizou seis seleções públicas que contrataram pelo menos 130 profissionais (agrônomos, assistentes sociais, veterinários, zootécnicos e técnicos) para prestar consultoria técnica.

O PROCASE está organizado em cinco componentes:

1. Desenvolvimento do Capital Humano e Social;
2. Desenvolvimento Produtivo e Inserção de Mercado;
3. Gestão Ambiental e Convivência com o Semiárido;
4. Monitoramento e Avaliação e
5. Gerenciamento do Projeto e Fortalecimento Institucional.

1. COMPONENTE SOCIAL

O componente social das rotas de sustentabilidade está inserido nas atividades e resultados do Componente 1: Desenvolvimento Humano e Capital Social do PROCASE. Esse componente visa desenvolver capacidades e habilidades pessoais, técnicas e organizacionais, com atenção especial a jovens, mulheres e comunidades quilombolas, com apoio aos projetos produtivos acerca da organização coletiva, capacidade de gestão democrática e apoio à juventude rural na aquisição de novas habilidades, no desenvolvimento de negócios agrícolas e não agrícolas e no acesso ao mercado de trabalho. Esse componente também visa o diálogo com instituições, objetivando a articulação de parcerias estratégicas em consonância com os objetivos do projeto no que tange ao fortalecimento institucional, a capacidade de gestão coletiva e a inclusão produtiva.



Entre os resultados sociais alcançados a partir das capacitações, intercâmbios, treinamentos e assessoria técnica realizados pelo PROCASE, destacam-se:

- › Maior participação de grupos prioritários em atividades associativas e produtivas: 46% mulheres como titulares, 14% dos projetos com a inserção jovens e 3% de comunidades quilombolas;
- › Incorporação pelas equipes técnicas das temáticas de equidade de gênero e de raça;
- › 23 grupos produtivos liderados por mulheres – 24% dos projetos produtivos, Instalação de Cozinha Escola para produção e para formação de mulheres, de jovens e intercâmbios de experiências;
- › Grupos de mulheres produzindo em quintais com uso de tecnologia social de reuso de águas cinzas. Mulheres são maioria nas comissões de licitações;
- › Aumento de 75% de comunidades reconhecidas e certificadas como quilombolas. Intercâmbios organizativos e culturais, auto-organização e ocupação dos espaços de poder;
- › Capacitação das/os técnicas/os e agricultoras/es multiplicadoras/es para uso das Cadernetas Agroecológicas;
- › Criação de grupos de jovens: Fundo Rotativo Solidário, participação nos espaços de poder, maior inserção em suas comunidades e acesso à educação superior (jovens bolsistas);
- › Fortalecimento das capacidades técnicas a partir das experiências no GT de Focalização.

As atividades de transição do PROCASE estão pautadas na articulação de três parcerias institucionais para a continuidade das ações do projeto:

- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS):** Institui grupo de trabalho permanente de gênero, geração, raça e etnia, para proposições, monitoramento e intervenções destinadas ao meio rural da Paraíba;
- Secretaria de Estado das Mulheres e Diversidade Humana:** Atendimento às Comunidades Quilombolas no enfrentamento à violência contra as mulheres, tendo como instrumentos o Projeto Tecendo Redes e o Centro de Referência Intermunicipal de atendimento às





mulheres do Cariri;

- c. Programa de Artesanato da Paraíba (PAP): Centro de Referência do Artesanato do Cariri; participação nos salões de artesanato do estado e em eventos locais e nacionais.e formulação dos projetos produtivos e acompanhamento e supervisão das ações relacionadas ao fortalecimento ou implantação das atividades produtivas, à viabilidade econômica e inserção nos mercados. O componente está subdividido em cinco subcomponentes.



2. COMPONENTE TÉCNICO

O componente técnico das rotas de sustentabilidade agrega dois componentes do PROCASE:

1. Componente de Desenvolvimento Produtivo e Inserção de Mercado;
2. Gestão Ambiental e Convivência com o Semiárido.

O componente 4.2. *Desenvolvimento Produtivo e Inserção de Mercado* visa apoiar empreendimentos coletivos relativos aos arranjos produtivos priorizados pelo PROCASE, com vistas ao desenvolvimento econômico e a inserção competitiva nos mercados. Esse componente prevê atividades de apoio aos investimentos produtivos; prestação de assessoria técnica; apoio na preparação e formulação dos projetos produtivos e acompanhamento e supervisão das ações relacionadas ao fortalecimento ou implantação das atividades produtivas, à viabilidade econômica e inserção nos mercados. O componente está subdividido em cinco subcomponentes.



O primeiro subcomponente *4.2.1. Suporte às Organizações de Produtores/as* objetiva promover a ação coletiva ou associativa de grupos e organizações comunitárias da agricultura familiar e de empreendimentos rurais agrícolas e não agrícolas de forma a permitir-lhes acessar bens e serviços mais facilmente. O segundo, *4.2.2. Assessoria técnica, extensão rural e capacitações para equipes técnicas*, tem por objetivo aprimorar:

- a. a produtividade agrícola e não agrícola primária e beneficiamento dos produtos, difundindo técnicas e tecnologias adaptadas às condições do semiárido;
- b. as capacidades gerenciais e organizacionais de entidades da agricultura familiar; e
- c. as estratégias de comercialização e marketing das organizações da agricultura familiar.

O subcomponente *4.2.4. Pesquisa e difusão de Tecnologia Adaptada* prevê que as ações do projeto serão norteadas pelas premissas da convivência com o semiárido e do desenvolvimento local sustentável e no diálogo entre os saberes.

Por outro lado, o componente *4.3. Gestão Ambiental e Convivência com o Semiárido* visa promover ações de prevenção e mitigação de efeitos da desertificação e a gestão sustentável do bioma caatinga na área de atuação do projeto; apoiar a disseminação de práticas ambientais sustentáveis dentro das atividades de produção e cadeias de valor; apoiar agricultores e agricultoras familiares em tecnologias adaptadas à convivência com o semiárido. Esse componente visa ainda trabalhar de modo articulado com as intervenções dos componentes 1 e 2.

As estratégias de sustentabilidade do componente técnico têm enfoque em dois conjuntos de ações:

Práticas de produção sustentável, com foco no aumento da produção animal, melhores práticas de manejo de solo e atividades agrícolas (uso da palma forrageira, novas técnicas de forragem para aumentar a produção de ração animal, uso de pesticidas naturais etc.).

Práticas de uso sustentável dos recursos naturais, novas técnicas para usar e reutilizar água e práticas de convivência com o semiárido incorporadas pelas comunidades.

As atividades de transição do componente técnico incluem:

1. finalização de cadastro de famílias beneficiárias;
2. visitas técnicas regulares;
3. encaminhamento para a regularização das agroindústrias;
4. orientação quanto à gestão dos dessalinizadores;
5. orientação quanto ao cultivo da palma forrageira, uso das águas nos sistemas de irrigação e sistemas agroflorestais (SFA's).

Para manter o suporte técnico produtivo aos grupos atualmente apoiados pelo PROCASE, está prevista a formalização das seguintes parcerias:

- a. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG): parceria com a UFCG para a elaboração de memorial descritivo das agroindústrias (setor de engenharia do PROCASE), elaboração de manuais de boas práticas e oferta de curso de boas práticas de fabricação;
- b. Superintendência de Meio Ambiente do Estado da Paraíba (SUDEMA) e Agência Executiva de Gestão das Águas (AESAs): parceria para instrumentos de gestão ambiental que auxiliem no desenvolvimento dos empreendimentos da agricultura familiar apoiados pelo PROCASE, bem como apoio nos campos irrigados com água do rio São Francisco;
- c. Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES): aquisição de itens de apoio à divulgação e comercialização; cooperação para fomento a ações de reforço para comercialização com a SESAES; fomento à participação dos grupos nas chamadas públicas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Formalização de Termo de Cooperação Técnica com o Projeto Cooperar do Estado da Paraíba (PB Rural Sustentável) com os seguintes objetivos: acompanhamento e continuidade das ações produtivas iniciadas pelo PROCASE para Cooperativas e Associações; apoio ao fortalecimento da comercialização dos grupos produtivos estruturados pelo PROCASE; e inserção em mercados de grupos apoiados pelo projeto e que serão beneficiados pelo Projeto Cooperar.

O projeto deverá, em comum acordo com as instituições parceiras, elaborar calendário para o devido encaminhamento dos processos para certificação das agroindústrias. Será realizada agenda específica com o fim de regularização, envolvendo os principais atores para efetivação da oferta dos selos de inspeção sanitária. As principais organizações parceiras incluem a EMPAER, PB Rural Sustentável, Agência Estadual de Vigilância Sanitária (AGEVISA), Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS), Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP), UFCG e organizações da sociedade civil.

A sustentabilidade após o término do projeto inclui a articulação interinstitucional de parcerias estabelecidas ou em construção, as quais permitirão a continuidade de atividades de assistência técnica e extensão rural e de certificação das agroindústrias das comunidades atendidas pelo projeto.

3. COMPONENTE POLÍTICO

O componente político do PROCASE tem como foco garantir o acesso a mercados estáveis dos empreendimentos apoiados pelo PROCASE, bem como mobilizar a organização social de agricultores e agricultoras e artesãos e artesãs do estado que têm potencial para produção e comercialização de produtos.

Segundo o Manual de Implementação do Projeto (MIP, 2017), o subcomponente 4.2.3. *Acesso a crédito de curto prazo* visa promover a articulação com outros programas e políticas públicas de crédito rural, sobretudo o PRONAF, o Empreender-PB e outros programas similares, a fim de garantir o incremento das atividades produtivas apoiadas, mediante o acesso da população beneficiária ao aporte institucional de outras parcerias por meio de crédito de curto prazo.



Por outro lado, o subcomponente 4.2.5. *Fundo de Investimentos Produtivos* preconiza que as prioridades para investimentos produtivos deverão primar pelo uso e disseminação de tecnologias adaptadas à convivência com o semiárido.

As rotas de sustentabilidade para esse componente incluem:

- a. garantir mercados estáveis aos empreendimentos dos grupos beneficiados do PROCASE, ultrapassando barreiras municipais e estaduais, até a escala nacional e
- b. mobilizar agricultores e agricultoras, artesãos e artesãs do estado da Paraíba que têm potencial para a produção e comercialização de produtos.



As atividades previstas para essas estratégias são:

- › Aquisição de itens de apoio à divulgação e comercialização (SEAFDS):
- › Aquisição de van, reboque, freezer, tendas e barracas de feiras.
- › Elaboração de mapa de distribuição dos itens aos parceiros para implantação reforço de feiras.
- › Elaboração de agenda de participação em eventos para demonstração dos produtos da agricultura familiar.
- › Termo de Cooperação para fomento a ações de reforço para comercialização com a SESAES:
- › Realização de Mostra da Agricultura Familiar.
- › Aquisição de equipamentos para reforço das casas de economia solidária.
- › Fomento à participação dos grupos nas chamadas públicas do PAA e PNAE: participação da equipe no comitê de elaboração da chamada do PNAE estadual e do PAA estadual.
- › Novos financiamentos de acesso a linhas de apoio financeiro para complementação de investimentos realizados pelo PROCASE. Os diálogos com parceiros para novos financiamentos incluem o Banco do Nordeste, Cooperar e Empreender.

As atividades de transição conduzidas pelo PROCASE e instituições parceiras envolvem diretamente as famílias beneficiárias que se apresentam em condições de comercialização de itens. A Secretaria Executiva da Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES)¹⁰ dispõe de Casas de Economia Solidária em Sumé, Soledade, e está em vias de inauguração de outra em Barra de Santa Rosa. O PROCASE conta com grupos utilizando esses espaços para venda de seus produtos. Recentemente, a equipe conseguiu a aquisição, via compra direta, de leite caprino na Maternidade Frei Damião. Tal articulação deverá ser fomentada

10 Responsável pela inserção das comunidades em políticas públicas como PAA e PNAE.

em outros hospitais da rede pública, seja via direta (PROCASE), seja por intermédio das parcerias.

A sustentabilidade após o término do projeto inclui:

- a. Acesso continuado aos mercados institucionais por meio de acesso de grupos específicos nas chamadas públicas do PAA estadual e PNAE, compra pública direta etc.
- b. Articulação interinstitucional de parcerias estabelecidas ou em construção, a fim de dar continuidade às ações do PROCASE.
- c. Certificação das agroindústrias das comunidades atendidas pelo projeto.
- d. Continuidade dos investimentos produtivos para melhorar os fluxos produtivos.
- e. Organização e apoio para continuidade da inserção de mercado de grupos produtivos.
- f. Apoio nos licenciamentos ambientais e campos irrigados pelas águas do rio São Francisco.



ROTAS DE SUSTENTABILIDADE





O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Comunidades Rurais em Zonas Semiáridas (Norte e Mixteca) – PRODEZSA – é executado pela Comissão Nacional Florestal (CONAFOR) do governo do México. A implementação do projeto está em consonância com os objetivos, estratégias e linhas de ação propostas no Programa Nacional Florestal (PRONAFOR), que têm como prioridade o aumento da produção e produtividade florestal; o fortalecimento da conservação, restauração e proteção dos ecossistemas florestais; e a promoção do desenvolvimento da governança florestal e do desenvolvimento comunitário.

O projeto atua em 13 entidades federativas que compõem as regiões semiáridas de maior importância para o país, totalizando 411 municípios distribuídos em 47,08 milhões de hectares. Na fase 2016-2020, a intervenção do projeto focalizou suas ações nas populações das regiões semiáridas Norte e Mixteca, a fim de favorecer um uso eficiente de esforços e recursos, atendendo uma superfície prioritária de 12,4 milhões de hectares distribuídos em 192 municípios.

O objetivo geral do projeto é a geração de renda e emprego para a população indígena e rural das zonas semiáridas, fortalecendo o tecido social mediante sua organização para os negócios rurais nas regiões florestais. Os objetivos específicos incluem: a) Estabelecer e fortalecer organizações de produtores para oferecer empregos e melhorar a renda; b) Melhorar as capacidades de representantes de organizações e grupos de interesse comum, mulheres e jovens, para a gestão social e empresarial; c) Melhorar a produção sustentável por meio da reabilitação dos recursos naturais, captação de água e adoção de novas tecnologias; e d) Desenvolver cadeias de elos de negócios para cadeias de valor que permitam alcançar o maior impacto do projeto.

Os beneficiários potenciais estão divididos em cinco grupos, de acordo com o tipo de organização agrária e os direitos sobre a terra: ejidos e comunidades (núcleos de populações com personalidade jurídica e patrimônio próprio que são proprietárias das terras que lhes foram dotadas ou adquiridas por qualquer outro título), pessoas sem direitos agrários, grupos participativos de interesse comum, sociedades, organizações ou associações e pequenos proprietários.

Entre os principais resultados alcançados pelo projeto até 2021, destacam-se 46.122 beneficiários que receberam serviços do projeto, 2.296 grupos atendidos, 1.015.361

11 Com o objetivo de contribuir efetivamente para a melhoria das condições sociais e econômicas do setor florestal, o Plano Nacional de Desenvolvimento contemplou a elaboração do Programa Nacional de Florestas no período de 2019-2024.

12 Baja California, Baja California Sur, Sonora, Chihuahua, Coahuila, Durango, Hidalgo, Nuevo León, San Luis Potosí e Zacatecas na região Norte e na região Mixteca Guerrero, Oaxaca e Puebla.

13 A área florestal do México está distribuída em mais de 137 milhões de hectares, que representam 70% do território nacional; 40,8% dessa superfície corresponde a ecossistemas áridos e semiáridos que abrigam cerca de 6 mil espécies de plantas, das quais pouco mais da metade são endêmicas.

hectares incorporados ao manejo florestal, 15.665 hectares com ações de restauração florestal e 3.000 pessoas capacitadas.

O Projeto divide-se em quatro componentes alinhados com os mecanismos operacionais da CONAFOR:

- a. Componente I: Desenvolvimento das capacidades humanas e sociais;
- b. Componente II: Produção sustentável;
- c. Componente III: Acesso a mercados e negócios rurais;
- d. Componente IV: Gestão de Projetos.

Para fins de sistematização, neste relatório, esses componentes foram agrupados em três grandes eixos: componente social (Componente I), componente técnico (Componente II) e componente político (Componente III).

1. COMPONENTE SOCIAL

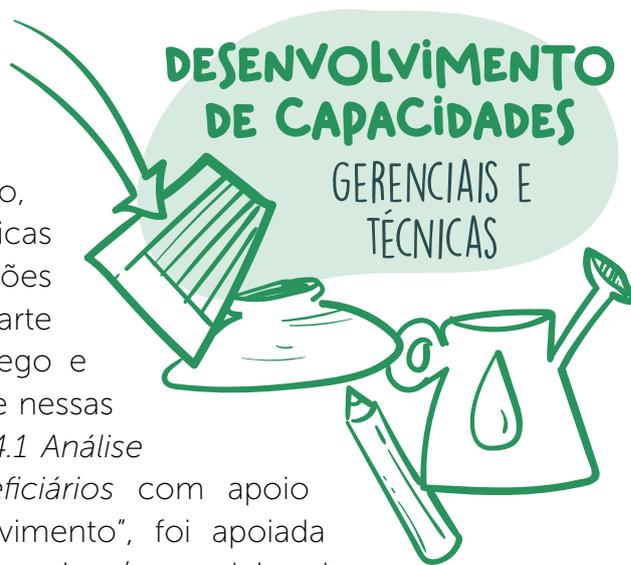
O componente social das rotas de sustentabilidade corresponde às atividades do Componente I – Desenvolvimento das capacidades humanas e sociais do PRODEZSA. Seu objetivo consiste em desenvolver e aprimorar as capacidades e habilidades das pessoas que possuem ou utilizam terras florestais, nas áreas de planejamento, organização, instrumentação, transformação, comercialização, conservação, restauração e manejo florestal, a fim de promover, fortalecer e consolidar processos de desenvolvimento florestal abrangente aproveitando as lições aprendidas no desenvolvimento florestal comunitário.

Neste componente, se outorgam apoios para melhorar e desenvolver habilidades para o aproveitamento sustentável dos recursos não madeireiros, para transformar e agregar valor a produtos e espécies do semiárido, bem como fortalecer os



processos de planejamento comunitário, administrativos e comerciais das organizações produtivas.

O PRODEZSA tem promovido a criação, o desenvolvimento de habilidades e técnicas gerenciais e o fortalecimento de organizações produtivas no semiárido do México, como parte da contribuição para o aumento do emprego e renda da população indígena e rural que vive nessas áreas. Como parte do resultado do item *6.4.1 Análise e estratégias para consolidação de beneficiários* com apoio do “componente capacidade de desenvolvimento”, foi apoiada a constituição legal de 22 microempresas rurais e/ou cadeias de produção em 2019, com suporte ao desenvolvimento e fortalecimento das suas atividades produtivas nas vertentes de comercialização, distribuição, formação gerencial e aquisição de máquinas e equipamentos. As microempresas que receberam assistência para aquisição de máquinas e equipamentos irão priorizar a concessão de apoios que visem desenvolver e fortalecer competências gerenciais, bem como promover o posicionamento dos produtos no mercado, por meio da concepção e implementação de canais de distribuição e comercialização.



A partir de 2019, a CONAFOR alocou um maior orçamento público para o desenvolvimento do semiárido nas zonas semiáridas do PRODEZSA, com base no entendimento de prioridade desses territórios. Além disso, foram efetuadas adequações dos critérios técnicos, legais e operacionais de intervenção da CONAFOR nessas áreas, alterando o Regulamento de Funcionamento, o Manual de Funcionamento, os termos de referência e os anexos técnicos que regulam os conceitos de suporte. As mudanças nas regras de operação 2021 possibilitaram apoio específico para produtores não madeireiros (CONAFOR, SADER, CONAZA, NAFIN, CONACYT, INNOVA AF).

Entre as capacidades sociais, técnicas e gerenciais instaladas em grupos e comunidades, destacam-se:

1. Desenvolvimento de capacidades gerenciais e técnicas especializadas: aconselhamento especializado em administração e marketing, diversificação produtiva e vinculação com beneficiários do componente III. Acesso a mercados e negócios rurais.
2. Plano de Desenvolvimento Integral (PDI): documento técnico em que se estabelecem a estrutura, os critérios e as atividades para a realização do planejamento e definição das ações a serem realizadas com os recursos atribuídos. O PDI tem por objetivo gerar uma articulação e desenvolvimento vertical e horizontal de acordo com as características dos produtores.

3. Extensionistas comunitários e regionais: formação para implementação de estratégia de acompanhamento e atuação permanente no núcleo agrário (redes de extensionistas).
4. Melhores práticas de organização social: promover o desenvolvimento de territórios comunais (ejidos) e comunidades, com base na boa organização e no uso sustentável dos recursos naturais.
5. Transferência de tecnologia: pacotes tecnológicos para atividades produtivas que geram valor agregado às matérias-primas florestais ou aprimoram processos.



2. COMPONENTE TÉCNICO

2.1. Fortalecimento da intervenção com base em cadeias produtivas, territórios e componentes prioritários

O componente técnico das rotas de sustentabilidade do PRODEZA (Componente II – Produção sustentável) tem por objetivo apoiar a sustentabilidade econômica e ambiental da produção orientada para o mercado e a competitividade das empresas. Por meio desse componente se outorgam apoios para impulsionar o aproveitamento sustentável dos recursos não madeireiros, mediante a realização de estudos técnicos para o aproveitamento das espécies nos núcleos agrários, assim como práticas de cultivo, reflorestamento e conservação.



Entre os resultados alcançados por esse componente, destacam-se:

1. Maior conhecimento sobre as principais espécies com potencial produtivo em áreas semiáridas: 23 espécies florestais não madeireiras estudadas; e testes piloto em Coahuila.
2. Melhores práticas de gestão e geração de tabelas de volume e biomassa para as principais espécies florestais não madeireiras de importância econômica nos ecossistemas áridos e semiáridos do México.
3. Parcerias estabelecidas com 6 instituições acadêmicas e de pesquisa.
4. Manuais, mapas de distribuição potencial e tabelas de volume.
5. Plataforma Digital Sistema de Planejamento Florestal para Zonas Áridas.

2.2. Incorporação das ações de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um incentivo econômico concedido por um período de cinco anos aos proprietários ou titulares de áreas florestais para a realização de boas práticas de manejo que garantam a manutenção dos serviços prestados pelos ecossistemas.

Entre as obrigações adquiridas pelos beneficiários desse apoio, está a preparação de um manual de boas práticas de gestão, que é um instrumento de planejamento dessas práticas ao longo dos anos em que o apoio é recebido. As atividades promovidas no manual são as práticas de conservação da biodiversidade, as atividades produtivas, a divulgação e participação nessas tarefas da assembleia, no caso dos ejidos e comunidades. Esse instrumento tem conseguido melhorar as atividades de manejo florestal sustentável, fortalecer o capital social, a escolaridade dos jovens, o trabalho comunitário, a infraestrutura comunitária e contribuir para a manutenção dos níveis de bem-estar econômico.

A incorporação do PSA é pensada sob duas perspectivas: por um lado, a alocação de recursos aos beneficiários que se encontram nas áreas de intervenção do PRODEZSA, que também considera o apoio à realização de atividades produtivas como o artesanato com madeira morta ou a aquisição de máquinas e equipamentos e, por outro lado, o desenvolvimento de atividades voltadas para a conservação de ecossistemas semiáridos.

As ações de transição de PSA preveem cinco anos de apoio aos projetos, incorporação de boas práticas de gestão e conservação ativa. De forma complementar, o modelo de gestão territorial para o desenvolvimento sustentável do semiárido inclui a geração de guias metodológicos, atividades, objetivos, produtos, procedimentos, recursos, ferramentas e recomendações.

2.3. Inovação florestal

Com relação ao item 6.5 *Inovação florestal, a intervenção do PRODEZSA em áreas*

semiáridas tem permitido aos produtores, grupos de mulheres e núcleos agrários receber apoio para fortalecer e desenvolver capacidades técnicas, com o objetivo de realizar ações voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais e adquirir máquinas e equipamentos para a produção de itens derivados de espécies vegetais não madeireiras. No entanto, ainda existem limitações que ocasionam uma subutilização do potencial dessas áreas.

O PRODEZSA está implementando as seguintes rotas de sustentabilidade:

Suporte para práticas abrangentes em fazendas com produção não madeireira: apoios orientados à realização de práticas integrais com produção não madeireira, com um acompanhamento de 5 anos, a fim de recuperar os ecossistemas degradados por meio do uso de espécies nativas. Em particular, o PRODEZSA identificou que o uso de diversas espécies não madeireiras gerou melhoria da renda, emprego e saúde do público beneficiário (candelilla, mesquite, orégano, cortadillo, yucca, agave e sotol). A realização dessas práticas integrais contribuirá para o aumento da cobertura florestal, melhoria da qualidade das plantas, bem como a geração de empregos temporários para os beneficiários do projeto. As atividades realizadas incluem coleta de sementes das espécies de interesse e estabelecimento de mudas; estabelecimento de plantas em áreas de uso; e manutenção e substituição de plantas mortas.

Melhores práticas no processo de extração de cera de candelilla por meio da aquisição de baldes de aço inoxidável grau alimentício (maior vida útil, não estão contaminadas com germes, são fáceis de limpar etc.) e aquisição de ácido cítrico como suporte para a produção de candelilla (em substituição ao ácido sulfúrico), pois não gera gases tóxicos e há maior pureza na cera. A utilização de ambos os instrumentos no processo de extração da cera de candelilla contribuirá para a obtenção da certificação, resultando na comercialização do produto no mercado alimentício.

O PRODEZSA promoveu a realização de três projetos de pesquisa aplicada, com o objetivo de melhorar a eficiência do processo e tempo de extração, qualidade, segurança e rendimento dos produtos florestais não madeireiros, incluindo: i) Desenho e construção de equipamento microindustrial semiautomático para a extração de cera de candelilla orgânica, ii) Inovação na gestão do processo de obtenção de fibra de lechuguilla com base em seu ciclo de produção e redesenho do equipamento microindustrial utilizado; iii) Padronização do processo de extração de óleos essenciais de espécies aromáticas (ex. orégano).

O projeto tem buscado ainda melhores ferramentas para os processos de certificação da gestão e utilização de produtos não madeireiros, em coordenação com a entidade certificadora Association for Standardization and Certification (ANCE). Entre os resultados alcançados, destaca-se a validação de nove (09) critérios e princípios para o processo de certificação. Por fim, cabe destacar a elaboração de um manual de boas práticas para a gestão de espécies não madeireiras em áreas semiáridas.



3. COMPONENTE POLÍTICO

3.1. Fortalecimento da articulação interinstitucional

No componente político das rotas de sustentabilidade estão inseridas as atividades e resultados do item 6.3 *Fortalecimento da articulação interinstitucional do PRODEZSA*, que tem como resultados esperados:

- a. Fornecer à população-alvo do projeto ferramentas complementares que diversifiquem seu potencial produtivo;
- b. Concorrência de recursos financeiros, humanos e materiais com a CONAZA (Comisión Nacional de Zonas Áridas) para articular ações voltadas ao desenvolvimento da população-alvo;
- c. Estabelecimento de cadeias produtivas;
- d. Realização de cursos e workshops nas áreas contempladas pelo projeto sobre questões básicas de finanças, administração e contabilidade, por meio do programa de capacitação do NAFIN;



- e. Desenvolver e replicar processos, equipamentos e informações sobre o uso das principais espécies no semiárido com financiamento do Fundo Setorial CONAFOR-CONACYT (*Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología*).

O PRODEZSA/CONAFOR considera prioritário estabelecer, como parte da estratégia, as seguintes ações de cooperação com a CONAZA:

1. Colaboração de recursos financeiros, humanos e materiais: conceder apoio a microempresas rurais e núcleos agrários, visando o desenvolvimento e fortalecimento de competências técnicas, gerenciais e produtivas, bem como a diversificação produtiva, buscando complementar os apoios concedidos por ambas as instituições para o uso de espécies florestais não madeireiras, além de incorporar atividades agrícolas, pecuárias, pesca etc.
2. Estabelecimento de cadeias produtivas: essa ação visa que produtores, núcleos agrários ou microempresas rurais forneçam insumos aos produtores, distribuidores ou comerciantes diretamente e sem intermediários. Dessa forma, busca-se a diversificação produtiva com a comercialização de produtos agropecuários que gerem maior renda para produtores ou microempresas econômicas, fazendo um uso abrangente e sustentável de seus recursos.

Com relação às parcerias estabelecidas, foi firmado um acordo de colaboração entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Agropecuário, Rural, Florestal e Pesqueiro (FND) e a CONAFOR para promover o financiamento de projetos relacionados ao setor rural-florestal. Esse sistema de financiamento rural integral tem uma rede de promotores de financiamento, estadual ou gerentes regionais de potenciais produtores, para identificar e promover os produtos financeiros que conta o FND e dar consulta e suporte para a integração da aplicação de crédito. Por outro lado, a parceria estabelecida entre a SADER (Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural) e a CONAFOR-PRODEZSA tem favorecido a diversificação de produtos não madeireiros com produtos agrícolas.

No âmbito do desenvolvimento de capacidades de produtores e como parte do processo de gestão do conhecimento, o PRODEZSA tem promovido, com financiamento do Fundo Setorial CONAFOR-CONACYT, a realização de quatro projetos de pesquisa aplicada que buscam desenvolver e replicar processos, equipamentos e informações sobre o aproveitamento econômico de sete espécies do semiárido (candelilla, lechuguilla, orégano, sotol, damiana, yuca e agave). A realização de pesquisas aplicadas tem como objetivo desenvolver novas técnicas e equipamentos para o uso de espécies de valor econômico, bem como avaliar a taxa de regeneração natural das principais espécies florestais não madeireiras.

3.2. Acesso a mercados e negócios rurais

O componente de Acesso a mercados e negócios rurais tem como objetivo a criação e

o fortalecimento de microempresas rurais que contribuam para sua integração em cadeias produtivas, bem como a participação nos mercados locais, regionais e nacionais. Nesse componente, se outorgam apoios para a criação, desenvolvimento e fortalecimento de microempresas rurais, criadas por e nos núcleos agrários. Os apoios mais representativos desse componente são a criação de empresas comunitárias ou a formação da cadeia produtiva, além dos apoios destinados para a aquisição e melhoria de infraestrutura e equipamentos utilizados nos processos produtivos das organizações produtivas. De forma similar, se outorgam apoios para o fortalecimento dos processos de comercialização por meio de feiras e exposições.

Como ações desse componente, em 2017, foram apoiados seis projetos de investimento para a indústria florestal, dois projetos de administração, produção e comercialização e seis projetos de formação de empresas e integração da cadeia produtiva.

No âmbito da organização produtiva, formaram-se os promotores florestais comunitários, figuras-chave que têm impulsionado o projeto para favorecer a organização dos ejidos e comunidades, divulgar a oferta institucional e acompanhar as ações do projeto. A própria comunidade recebe treinamento e apoio financeiro para o desempenho dessas tarefas.

No que diz respeito à troca de experiências e ao desenvolvimento de capacidades em nível horizontal, foram realizados seminários entre comunidades, com impacto direto na assimilação de conhecimento em processos de desenvolvimento de capacidades e de organização econômica dos ejidos e comunidades. Uma terceira área de atuação desse componente são as oficinas de capacitação técnica e gerencial nos ejidos e comunidades, cujo efeito direto é o fortalecimento das atividades de uso de recursos florestais não madeireiros em áreas que incluem as práticas de uso sustentável de recursos, processos de transformação, agregação de valor e organização produtiva.



O Projeto Regional de Gestão Territorial tem atenção nas áreas onde é realizado o trabalho florestal e onde estão as pessoas que decidem, a partir do atendimento e apoio institucional, sobre uma gestão integral e sustentável do território e promoções em áreas florestais estratégicas.

Por fim, a mudança na estrutura operativa em 2020, com objetivo de fortalecimento das cooperativas nos estados, possibilitou a inserção de dois técnicos promotores

especializados em cinco entes federativos (Chihuahua, Coahuila, Durango, Oaxaca e Puebla).

3.3. Geração e divulgação das lições e aprendizados obtidos pelo PRODEZSA

Conforme estabelecido no documento de estratégia de saída, o PRODEZSA pretende produzir os seguintes materiais de divulgação (Atividades de transição):

- » Infografias referentes aos casos de sucesso do projeto nos quais se destacam as condições organizacionais, técnicas, jurídicas e produtivas que lhes permitiram participar ativamente no mercado ou desenvolver competências de exploração sustentável, aumentando assim o seu patrimônio florestal.
- » Vídeo sobre as condições iniciais e finais dos produtores de candelilla no Estado de Coahuila.
- » Apresentação dos casos de sucesso das empresas formadas e em operação, incluindo os fatores que as tornaram histórias de sucesso.
- » Publicações em revistas como "Folha Verde" e "Floresta Inovação", onde os resultados e a aplicabilidade da pesquisa em áreas de floresta são destacados, bem como os benefícios e abrangência do uso das principais espécies não madeireiras, além de evidenciar a mudança ocasionada nas microempresas rurais, a partir de sua participação no PRODEZSA.
- » Elaborar e publicar nas redes sociais do PRODEZSA, CONAFOR e FIDA as informações sobre os benefícios obtidos pelos produtores, comunidades agrárias, mulheres e jovens que participaram do projeto.
- » Elaborar e socializar os produtos do conhecimento oriundos das demandas de pesquisas geradas com o fundo setorial CONAFOR-CONACYT, que serão disseminados entre os usuários finais (produtores e prestadores de serviços técnicos) para sua apropriação.
- » Divulgação dos resultados da iniciativa de gestão do conhecimento para a adaptação da Agricultura Familiar às Mudanças Climáticas, no âmbito do Projeto INNOVA AF, executado pelo IICA e FIDA.



LIÇÕES APRENDIDAS

A partir da sistematização das lições aprendidas dos projetos produtivos PDHC, PROCASE e PRODEZSA e do projeto de gestão do conhecimento PSI, cabe tecer as seguintes considerações:

Assistência técnica e extensão rural



O PDHC traz como lição aprendida a importância de atenção na identificação do público beneficiário, especialmente dos grupos mais excluídos das políticas públicas. O estabelecimento de parcerias com agências do estado e unidades de referência, construídas ao longo dos projetos de ATER na região, permitiu que as empresas incorporassem esses beneficiários que antes estavam excluídos do acesso à assistência técnica.

Ambos, PROCASE e PDHC, destacaram a importância da seleção adequada das instituições executoras com histórico de atuação na região de abrangência do projeto e a necessidade de mecanismos no próprio contrato para evitar a rotatividade de técnicos de ATER.

No caso do PROCASE, os resultados foram mais efetivos com as empresas atuantes na mesma região ou território em relação às empresas de assistência técnica de outras localidades/estados. Além disso, as empresas privadas de ATER tiveram resultados mais sólidos e/ou melhor qualidade de trabalho em relação às empresas públicas. O projeto destacou ainda que as empresas contratadas de assistência técnica têm experiência mais voltada para as cadeias produtivas das ciências agrárias (ex. caprinocultura, bovinocultura, fruticultura, recuperação de áreas degradadas), mas foi desafiador trabalhar com temas relacionados às atividades não agrárias como o artesanato (ex. crochê, cerâmica, renda renascença, costura).

O PDHC destacou ainda a importância do serviço de ATER estar integrado às políticas de fomento, seja crédito com juros subsidiados ou recursos sem retorno. Devido às dificuldades inerentes de se atender uma população muito pobre, apenas o acesso à assistência técnica em si não traz mudanças, mas quando vem acompanhado de fomento produtivo, os resultados são mais promissores. Nesse sentido, é necessária a integração de atividades de ATER com acesso a linhas de crédito para agricultores em situação de pobreza e também para atrair jovens com projetos produtivos. Além disso, a articulação com políticas públicas complementares pode potencializar os resultados dos projetos, incluindo acesso à terra e acesso aos recursos hídricos, especialmente críticos na região semiárida.

Gênero e juventude rural

O PDHC indicou que o projeto teve dificuldade para incorporar os jovens nas atividades de assistência técnica diante do cenário de êxodo rural. Nesse caso, a lição aprendida consiste em estabelecer ações mais específicas para trabalhar questões de juventude rural no campo. Por outro lado, o PRODEZSA destacou a importância de promover a participação ativa em atividades destinadas exclusivamente às mulheres. Para o PROCASE, a capacitação e a mobilização das agricultoras, bem como das equipes técnicas nas temáticas de gênero, favoreceram a inserção das mulheres como beneficiárias do projeto.



Desenvolvimento Produtivo, Cooperativismo, Negócios Rurais e Acesso a Mercados

O PRODEZSA destacou a importância de desenvolver pacotes tecnológicos para agregar valor aos produtos florestais não madeireiros como forma de melhorar os processos produtivos (ex. utilização do ácido cítrico em substituição ao ácido sulfúrico pelos produtores de cera de candelilla e tecnologia para melhorar o processo de entalhe da fibra de lechuguilla).

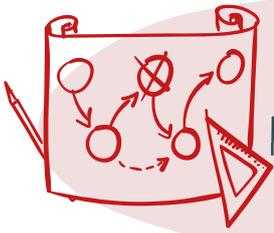


Gestão territorial

O PRODEZSA destacou como aprendizagem a promoção do apoio com uma abordagem de desenvolvimento escalonado com ações no território. Nesse sentido, o projeto destacou a relevância da colaboração de parceiros locais com experiência e sua presença a nível territorial para a melhoria dos projetos apoiados. Outra lição aprendida é a importância de implementar atividades de fortalecimento das capacidades organizacionais e associativas que favoreçam a continuidade das ações implementadas no território.



Atrasos na implementação do projeto



ESTRATÉGIAS PARA MITIGAR INTERRUPÇÕES E ROTATIVIDADE

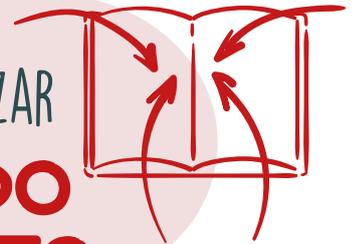
O PDCH destacou os prejuízos causados pela descontinuidade das ações do projeto (ex. desistência de algumas famílias). De forma similar, a demora na execução dos convênios e na contratação de empresas de assessoria técnica, no caso do PROCASE, ocasionou a defasagem de preços, descompasso com a dinâmica interna/interesses das comunidades e mudanças na equipe técnica do projeto. Além disso, os atrasos relacionados à burocracia inerente à execução dos projetos estiveram relacionados com as capacidades das associações locais (o PROCASE teve que capacitar os beneficiários em diversos temas, como licitação).

Gestão do Conhecimento

O PSI considera que a comunicação para um público diversificado requer estratégias estruturadas e diferenciadas, cujas inovações possibilitam uma maior efetividade. Considerando a premissa que a GC é essencial no combate à pobreza rural, o acesso à informação traz ações mais assertivas quando a equipe está focada na produção de conteúdo (ex. sistematização das cadernetas agroecológicas e visibilidade do trabalho produtivo feminino). Dessa forma, a produção de conteúdos relevantes para públicos específicos torna a comunicação efetiva, aumentando o interesse, engajamento e a consequente melhoria de resultados. Finalmente, a formação continuada das equipes técnicas consiste em ferramentas efetivas de compartilhamento interno de conhecimento.

INTERNALIZAR

GESTÃO DO CONHECIMENTO



Além de um programa de gestão do conhecimento de apoio aos projetos, o Semear Internacional tem exercido um papel de articulador entre os projetos por meio da formação de uma rede para cooperação e troca de conhecimento. Esse papel chave tem possibilitado a otimização de recursos, a ampliação do alcance de beneficiários, a troca de conhecimentos entre os projetos e soluções compartilhadas e a definição de atividades e temas em alinhamento com as demandas dos projetos. Nesse sentido, uma lição aprendida é que o estabelecimento de parcerias institucionais tem papel essencial para execução e estratégia de sustentabilidade, sobretudo considerando um programa tão

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO PARA ENGAJAR



enxuto em recursos humanos como o PSI. O Semear destacou ainda a relevância do planejamento das atividades em conjunto com os projetos e as equipes técnicas. Outra lição aprendida é que a gestão do conhecimento (GC) deve ser internalizada de forma estruturada pelos projetos.



FORMAÇÃO DE REDES DE CONHECIMENTO

Monitoramento & avaliação

O PDHC ressaltou a importância da construção de indicadores alinhados com o desenho do projeto, bem como a relevância de incorporar no desenho inicial

mecanismos de mitigação de riscos e situações de interrupção do projeto. No caso do PROCASE, a falta de um sistema de monitoramento desde o início de sua implementação (o sistema Data.FIDA entrou em operação a partir de 2019) gerou dificuldades na execução do projeto relacionadas à organização/sistematização dos dados.



NECESSIDADE DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO



CONCLUSÕES

A sistematização dos documentos técnicos e os debates realizados durante o intercâmbio trazem reflexões sobre os aspectos cruciais na definição de rotas de sustentabilidade. Em primeiro lugar, a relevância das agências executoras e sua capacidade para dar sustentabilidade e escalabilidade aos projetos, em sua apropriação como país. Cada entidade executora tem um marco normativo sob o qual implementa os programas e em cada país existem oportunidades e limitações. Mas os exemplos trazidos neste estudo mostram que houve um esforço real de potencializar as oportunidades para alcançar a sustentabilidade e o escalonamento dos resultados dos projetos.

ESTAMOS CRIANDO
ESTRATÉGIAS PARA
**TRABALHO EM
CONJUNTO**



Em segundo lugar, é indispensável que os beneficiários e as beneficiárias sejam protagonistas, ou seja, sua apropriação dos projetos deve ocorrer por meio da participação nos processos de desenho, implementação e fechamento dos programas. Para isso, as atividades vinculadas à capacitação e assistência técnica são de extrema relevância, de tal forma que sejam criadas as capacidades necessárias no terreno.

O mesmo se aplica ao desenvolvimento de novas tecnologias e práticas, certificações e licenciamentos, importantes para criar uma nova realidade para que pequenos produtores possam produzir no futuro.

Outro elemento que deve ter maior ênfase é o trabalho de construção de alianças e parcerias dos projetos e programas com os governos locais e com as autoridades subnacionais, como um elemento de continuidade de processos. Além disso, conectar os beneficiários e beneficiárias, as organizações de produtores e produtoras com as políticas públicas e incluir os grupos mais marginalizados.

Por último, destaca-se a relevância da sistematização contínua para gerir os conhecimentos e realizar melhorias na execução dos programas sob a marcha. Graças ao investimento em Gestão; do Conhecimento, os projetos têm conseguido internalizar lições aprendidas e fazer melhorias na sua execução.

Contudo, para que esse desenho completo seja eficaz, será fundamental que as rotas sejam traçadas no início, que as estratégias de sustentabilidade sejam parte do seu desenho e que envolvam todas as partes e todos os parceiros dos projetos.

TRAZER
ALTERNATIVAS PARA
JUVENTUDE
NÃO SAIR DO MEIO RURAL



QUEREMOS MELHORAR OS NÍVEIS DE
**UTILIZAÇÃO DOS
RECURSOS NATURAIS**



SUSTENTABILIDADE
PRECISA SER
ROTINA



PAINEL GRÁFICO DAS ROTAS DE SUSTENTABILIDADE



JL FIDA
Investindo nas populações rurais



ESTAMOS CRIANDO
ESTRATÉGIAS PARA
**TRABALHO EM
CONJUNTO**



QUEREMOS MELHORAR OS NÍVEIS DE
**UTILIZAÇÃO DOS
RECURSOS NATURAIS**



TRAZER
ALTERNATIVAS PARA
A **JUVENTUDE**
NÃO SAIR DO MEIO RURAL



MAPAS MENTAIS

Formação e capacitação

Intercâmbio de experiências

Sistematização e boas práticas

Formação de equipes de M&A

Articulação de parcerias
institucionais

Cooperação sul-sul

GESTÃO DO CONHECIMENTO

REDES DE COOPERAÇÃO

COMPONENTE Social

FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Desenvolvimento de capacidades
técnicas e gerenciais

Associativismo

Cooperativismo

PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO DE GRUPOS PRIORITÁRIOS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Extensionistas
comunitários e regionais

ATER coletiva

JUVENTUDE RURAL

Capacitações e
intercâmbio

Territórios de
aprendizagem

MULHERES

Projetos produtivos
liderados por
mulheres

Cadernetas
agracológicas

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Certificação de
territórios quilombolas

Princípios de certificação para unidades florestais não madeireiras

Certificação de produtores
Ex: queijo caprino

Certificação de Agroindústrias

Estudos de capacidade de extração de RN

Prevenção e mitigação de efeitos da desertificação

Melhoria da gestão hídrica.
E: reúso da água

Extração de espécies vegetais (ex: lechuguilla, candelilla e óleos essenciais)

Pagamento por serviços ambientais

Modelo de gestão territorial

PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

PRÁTICAS DE MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS

PACOTES TECNOLÓGICOS

COMPONENTE TÉCNICO

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Aumento da produção animal (ovinos e caprinos)

Melhores práticas de manejo de solo

Melhor do manejo de forragem animal (ex: palma forrageira resistente a cochonilha do carmim)

CAPACITAÇÕES

Boas práticas na produção agrícola

Diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas

Estratégias de comercialização e marketing

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO M&A

Sistema DATA.FIDA Brasil

Grupo de trabalho de M&A



COMPONENTE
Político



REFERÊNCIAS

BACHA, Maria de Lourdes; **SANTOS**, Jorgina; **SCHAUN**, Angela. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2010. Disponível em https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf

CENTRO MESOAMERICANO PARA EL INTERCAMBIO DE CONOCIMIENTOS Y EXPERIENCIAS FORESTALES. Micro site do Intercâmbio sobre Estratégias de Sustentabilidade entre Projetos e Programas apoiados pelo FIDA – Brasil e México. <https://cmicef.org/intercambio-estrategias-de-sostenibilidad-de-proyectos-fida-brasil-y-mexico/>

PROCASE. Estratégia de Sustentabilidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú. 2020/2021

PDHC II. Estratégia de Sustentabilidade do Projeto Dom Helder Câmara II (PDHC II). 2020/2021

PRODEZSA. Estratégia de Sustentabilidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Comunidades Rurais em Zonas Semiáridas (Norte e Mixteca). 2020/2021

PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL. Resultados dos Programas de Gestão do Conhecimento do FIDA no Brasil. 2020. Disponível em <http://portalsemear.org.br/publicacoes/resultados-dos-programas-de-gestao-do-conhecimento-do-fida-no-brasil/>

PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL. Relatório do Intercâmbio sobre estratégias de sustentabilidade de projetos FIDA no Brasil e México. 23 a 25 de fevereiro de 2021.

PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL. Estratégia de Sustentabilidade do Programa Semear Internacional. 2020/2021

